



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Direcção Regional do Centro

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

Número - II

1995



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Direcção Regional do Centro

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

Técnicos Responsáveis

Pedro Nogueira Ramos
Vasco Henriques Lucas

Número-II

1995

FICHA TÉCNICA

Catálogo Recomendada

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO. Coimbra, 1993 -
Estudo sobre o poder de compra concelhio / Instituto Nacional de Estatística,
Direcção Regional do Centro, Gabinete de Estudos Regionais. -Nº1(1993)- .
Coimbra: INE - DRC, 1993 - . - 30 cm
Bial
ISSN 0872-5977

Director

Director Regional do INE
Prof. Doutor Henrique Albergaria

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção Regional do Centro

Direcção Regional do Centro

Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas 3000 COIMBRA
Tel. 039 - 403006 Fax. 039 - 403018

Capa e Arranjos Gráficos

João Pega

Impressão e Acabamentos

INE - Secção de Reprografia

Tiragem

750 exemplares

Depósito legal Nº

68180/93

Preço

3500\$00 (inclui IVA a 5%)



INCLUI A INFORMAÇÃO EM SUPORTE MAGNÉTICO

Í N D I C E

Introdução	5
Nota Metodológica	9
Indicador per Capita	15
Introdução	17
País por NUTS II	21
País por NUTS III	22
País por Concelhos	23
Listagem do Indicador per Capita	24
Região Norte por Concelhos	28
Região Centro por Concelhos	29
Região de Lisboa e Vale do Tejo por Concelhos	30
Região do Alentejo por Concelhos	31
Região do Algarve por Concelhos	32
Região Autónoma dos Açores por Concelhos	33
Região Autónoma da Madeira por Concelhos	34
Percentagem de Poder de Compra	35
Introdução	37
País por Concelhos	39
Listagem da Percentagem do Poder de Compra	40
Factor Dinamismo Relativo	45
Introdução	47
País por NUTS II	49
País por NUTS III	50
País por Concelhos	51
Listagem do Factor Dinamismo Relativo	52
Uma Breve Comparação Entre os Dois Estudos Sobre o Poder de Compra já Publicados	57
Lista dos Concelhos	61

INTRODUÇÃO

O Gabinete de Estudos da Direcção Regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística publicou em 1993 o primeiro Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, que constituiu a primeira tentativa realizada em Portugal de, por recurso a técnicas estatísticas apropriadas, obter estimativas quantificadas do poder de compra para unidades territoriais tão pequenas quanto os concelhos. O reconhecido êxito daquela publicação, que em boa medida se fundamentou na escassez de informação económica relevante àquele nível de desagregação espacial, estimulou-nos a persistir na via então trilhada, e a trazer agora a público, dois anos volvidos, este Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio II.

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio II prossegue o mesmo objectivo já delineado na primeira versão: face à impossibilidade de por recurso aos métodos tradicionais da produção estatística se oferecer, à escala concelhia, indicadores tão importantes na análise económica, como o rendimento ou o consumo, procurou-se em alternativa construir um conjunto de índices que dêem conta da distribuição espacial de poder de compra. Estes indicadores, propostos no âmbito do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, têm a natureza de estimativas, e devem ser lidos como *proxys*, mas não confundidos com aquelas variáveis, rendimento ou consumo, a que corresponde um âmbito conceptual bem delimitado. Ainda assim, e apesar desta sua assumida limitação nos objectivos, o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, não enveredou pela via fácil da construção de médias arbitrariamente ponderadas de

variáveis avulsas, mais ou menos próximas dos objectivos que se pretendia representar. Ao contrário, faz-se uso neste Estudo de técnicas estatísticas robustas, nomeadamente a análise factorial, que permitem derivar os indicadores pretendidos de um conjunto largo e diverso de informação de base.

Relativamente à primeira versão, o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio II, apresenta melhorias essencialmente em três aspectos:

- Em primeiro lugar, e inevitavelmente, constitui uma actualização no tempo do primeiro Estudo empreendido. A maioria das variáveis então utilizadas reportavam-se a 1990. Agora escolheu-se como ano de referência 1993, embora por razões de disponibilidade estatística se tenha tido de recorrer, nalguns casos, a informação desfasada.
- Em segundo lugar, o número de variáveis utilizado na construção dos índices foi incrementado de 12 para 15, o que face ao abandono de algumas das variáveis anteriormente utilizadas por não se dispor de informação actualizada, constituiu um considerável esforço de pesquisa de novas variáveis de base adequadas aos objectivos do Estudo.
- Finalmente procurou-se, através de uma selecção de variáveis mais criteriosa, dotar de uma interpretação mais clara o segundo factor produzido pelo modelo de análise factorial, designado de Factor Dinamismo Relativo e explicado abaixo.

A informação de base utilizada neste Estudo sobre o Poder

de Compra Concelhio II, é constituída pois pelas seguintes 15 variáveis:

- Imposto sobre veículos, contabilizado pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 1992 (Fonte: INE)
- Consumo doméstico de electricidade¹, *per capita*, 1993 (Fonte: Direcção Geral de Energia e Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas)
- Número de telefones (postos principais da TELECOM), *per capita*, 1993 (Fonte: TELECOM Portugal)
- Número de pessoas ao serviço em empresas da CAE 62 (comércio a retalho) sediadas nos concelhos, *per capita*, em 31/12/1993 (Fonte: INE, Belém)
- Valor das hipotecas em prédios em propriedade horizontal, *per capita*, realizadas em 1993 (Fonte: INE)
- Valor dos depósitos à ordem em estabelecimentos bancários localizados nos concelhos, *per capita*, 1993 (Fonte: INE)
- Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados nos concelhos, *per capita*, 1993 (Fonte: INE)
- Valor dos levantamentos em caixas multibanco, *per capita*, 1993 (Fonte: SIBS)
- Taxa de urbanização (população em lugares com mais de 3500 habitantes em proporção da população presente nos concelhos no momento censitário), 1991 (Fonte: INE)
- Contribuição Predial Autárquica, contabilizada pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 1992 (Fonte: INE)
- Custo dos edifícios novos, ampliações, restaurações e transformações, para habitação, *per capita*, concluídos em 1993 (Fonte: INE)
- Número de empresas da CAE 63 (restaurantes e hotéis), sediadas nos concelhos, *per capita*, em 31/12/1993

(Fonte: INE, Belém)

- Volume de vendas anuais, em empresas da CAE 63 (restaurantes e hotéis), sediadas nos concelhos, *per capita*, conforme registo de 31/12/1993 (Fonte: INE, Belém)
- Superfície pavimentada para comércio, restaurantes e hotéis, em edifícios novos concluídos, *per capita*, média de 1992 e 1993 (Fonte: INE)
- Número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, *per capita*, 1993 (Fonte: INE)

Todas as variáveis, com excepção da taxa de urbanização, foram calculadas em termos *per capita* por divisão pela população residente estimada pelo INE para 31/12/1993. A análise estatística empreendida permitiu a construção de três indicadores:

- Indicador per Capita de poder de compra (1º factor da análise)
- Percentagem do Poder de Compra (derivado do 1º factor)
- Factor Dinamismo Relativo (2º factor da análise)

O Indicador per Capita compara o poder de compra dos diferentes concelhos (e regiões), em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País, a que foi atribuído o valor 100. A Percentagem do Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada concelho (e região) no total do País, que toma também o valor 100. O Factor Dinamismo Relativo mede a tendência, em termos de dinâmica comercial e habitacional, que subsiste depois de retirada a influência do poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos (e regiões) do País. Este último indicador reflecte sobretudo o poder de compra associado aos fluxos populacionais de raiz turística, que geralmente assumem uma mera natureza sazonal.

¹ Inclui somente os fornecimentos da EDP, EEM e EEA; os valores referentes às ilhas açorianas do Corvo e das Flores foram extrapolados de dados de 1988.

A presente publicação inclui uma disquete que para além de conter as principais tabelas que também constam do texto impresso, possui um dispositivo que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores acima para agrupamentos de concelhos a seleccionar pelo utilizador, e ainda facilidades de exportação dos valores dos três índices para folhas de cálculo diversas, que viabilizam a livre manipulação dos dados pelo utilizador, assim como o seu cruzamento com informação de outra origem ou natureza.

NOTA METODOLÓGICA

A ideia base do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio é inferir de um leque vasto e diversificado de informação um ou um conjunto de indicadores sobre o poder de compra à micro-escala do concelho. O seu interesse decorre de para esse nível de desagregação espacial não existirem, no sistema estatístico português, indicadores fiáveis de variáveis tão importantes na caracterização da realidade local quanto o rendimento ou o consumo. No entanto, a própria natureza da metodologia utilizada não permite aceder, mesmo que indirectamente, a medidas quantificadas que caibam nos conceitos precisos de rendimento ou consumo. O presente estudo não é claramente uma operação de produção estatística. O poder de compra pode ser lido, quanto muito, como uma *proxy* do rendimento ou do consumo, não se confundindo contudo com essas variáveis, a que corresponde, na tradição da teoria económica e da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado.

Um segundo aspecto que importa sublinhar é que no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, à semelhança do que ocorre na grande maioria das estatísticas, a fiabilidade dos diferentes indicadores é tanto menor quanto maior a desagregação. Quer isto dizer, que nos indicadores fornecidos por este Estudo, os valores propostos para as Regiões NUTS I, II ou mesmo III, estão sujeitos a uma margem de erro inferior à dos valores concelhios. Ainda assim, e porque se julga que o interesse do utilizador se orienta fundamentalmente para as unidades espaciais mais pequenas, onde as alternativas

em termos de informação são escassas, optou-se por publicar também os valores dos diferentes indicadores para os concelhos, sob reserva que na sua leitura e utilização se deve proceder com a necessária cautela.

A metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio assenta na análise factorial. O modelo utilizado é pois do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

em que X é uma matriz $n \times m$, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações. A ideia fundamental é que as m variáveis são todas elas explicadas por um conjunto pequeno de p factores comuns. A matriz F , de dimensões $n \times p$, é constituída, pois, pelos valores (desconhecidos) que os p factores assumem em cada um dos n pontos amostrais, sendo a matriz A ($p \times m$) constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo marginal de cada factor para a explicação de cada variável. Finalmente, a matriz U ($n \times m$) é constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por factores comuns, mas antes associada à ideossincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os factores, isto é, com as colunas da matriz F .

Sublinhe-se que o modelo de análise factorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz X é observada),

e não sobre os factores. A matriz F, desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A. No modelo desenvolvido neste estudo impôs-se *a priori* a ortogonalidade dos factores, isto é, supôs-se que também as colunas de F possuem entre si coeficientes de correlação nulos.

No Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio II, a matriz X é constituída por 15 variáveis, observadas nos 305 concelhos do país. As 15 variáveis, que já foram descritas na Introdução, serão doravante abreviadas do seguinte modo:

ISVEIC -	Imposto sobre veículos, <i>per capita</i> , 1992
ELECTRIC -	Consumo doméstico de electricidade, <i>per capita</i> , 1993
TELEFON -	Número de telefones (postos principais da TELECOM), <i>per capita</i> , 1993
NPSCOM -	Número de pessoas ao serviço em empresas de comércio a retalho com sede nos concelhos, <i>per capita</i> , em 31/12/1993
HIPOPHOR -	Valor das hipotecas em prédios em propriedade horizontal, <i>per capita</i> , realizadas em 1993
DEPORD -	Valor dos depósitos à ordem em estabelecimentos bancários localizados nos concelhos, <i>per capita</i> , 1993
CREDHAB -	Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados nos concelhos, <i>per capita</i> , 1993
LEVMULT -	Valor dos levantamentos em caixas multibanco, <i>per capita</i> , 1993
TXURB35 -	Taxa de urbanização (população em lugares com mais de 3500 habitantes em proporção da população presente nos concelhos no momento censitários), 1991

CONTAUT -	Contribuição Predial Autárquica, <i>per capita</i> , 1992
HABCUST -	Custo dos edifícios novos, ampliações, restaurações e transformações, para habitação, <i>per capita</i> , concluídos em 1993
NEMPREST -	Número de empresas, do sector restaurantes e hotéis, com sede no concelho, <i>per capita</i> , em 31/12/1993
VVNREST -	Volume de vendas anuais, em empresas do sector restaurantes e hotéis, com sede no concelho, <i>per capita</i> , conforme registo de 31/12/1993
COMSUPER -	Superfície pavimentada para comércio, restaurantes e hotéis, em edifícios novos concluídos, <i>per capita</i> , média de 1992 e 1993
DORMID -	Número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, <i>per capita</i> , 1993

Estas variáveis foram seleccionadas, endogenamente, dentro de um conjunto de cerca de 40 variáveis, tendo sido as que revelaram um melhor desempenho no quadro do modelo. Ainda assim, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspectos:

- Embora todas as variáveis se encontrem intimamente associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel; se assim não fosse dispensar-nos-íamos do recurso às metodologias, sempre mais complexas, de análise multivariada.
- A selecção das variáveis obedeceu a uma óptica não de geração do rendimento, mas de utilização do rendimento, o que justifica a não consideração de variáveis ligadas à produção.
- Em consequência deste critério de captação de variáveis

essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, crê-se que o fenómeno do autoconsumo está insuficientemente reflectido nos indicadores construídos.

- O que importa, em termos de cada variável, é a sua estrutura espacial, e não propriamente os valores tomados por cada observação; daí que não tendo sido possível proceder à recolha de variáveis todas reportadas ao mesmo ano, se tenha aceitado como mal menor a introdução na análise de algumas variáveis temporalmente desfasadas.

- Porque o que releva é a estrutura espacial, e não o valor, e dado que as diferentes variáveis se exprimem em unidades de medidas distintas, procedeu-se, previamente à análise factorial propriamente dita, à estandarização de todas as variáveis (subtração da média aritmética simples e divisão pelo desvio-padrão).

A análise factorial empreendida compôs-se de diferentes fases. Numa primeira etapa procedeu-se à extracção factorial em que o método utilizado foi o das componentes principais. Sublinhe-se que estabelecidas as variáveis a incluir na análise, o número de factores a reter é endógeno. Escolheram-se obviamente os factores cuja variância é susceptível de explicar uma maior percentagem de variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de factores cuja variância se revelasse inferior à das variáveis. A segunda etapa da análise factorial é designada de rotação, tendo sido utilizada nesta fase a técnica do quartimax. Finalmente, computou-se a matriz dos coeficientes dos scores, que permite operar a transformação da matriz X na matriz F, tendo o método utilizado sido o da regressão.

No presente Estudo foram retidos dois factores, que se revelaram capazes de explicar 70,4% da variância total

das quinze variáveis. O primeiro desses factores foi interpretado como um "Indicador per Capita" (IpC) do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos, que explica sozinho (após rotação) 43,8% da variância total das variáveis. O segundo factor, designado "Factor Dinamismo Relativo" (FDR), entendido como a dinâmica comercial e habitacional que subsiste para além da influência do primeiro factor, associa-se fortemente ao fenómeno turístico e explica (após rotação) 26,6% da variância total das variáveis.

O Quadro nº1 apresenta, em termos de cada uma das variáveis, a percentagem das suas variâncias explicada pelo modelo, isto é, pelos dois factores conjuntamente (comunalidades):

Quadro nº 1

Comunalidades

VARIÁVEIS	COMUNALIDADES
ISVEIC	.79544
ELECTRIC	.71363
TELEFON	.71225
NPSCOM	.69391
HIPOPHOR	.65093
DEPORD	.69206
CREDHAB	.75707
LEVMULT	.85735
TXURB35	.66123
CONTAUT	.77818
HABCUST	.51166
NEMPREST	.67739
VVNREST	.82731
COMSUPER	.44899
DORMID	.78031

Outro conjunto de informação que importa analisar como forma de aferir da qualidade da análise empreendida, são os coeficientes de correlação entre cada uma das 15 variáveis e cada um dos dois factores (*loadings*). Dado

que, por construção, os dois factores são ortogonais, então a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do nosso modelo. O Quadro nº 2 é a matriz dos *loadings* (após rotação):

Quadro nº 2

Loadings

VARIÁVEIS	IPC	FDR
ISVEIC	.82018	.35036
ELECTRIC	.64997	.53960
TELEFON	.78340	.31388
NPSCOM	.81489	.17283
HIOPHOR	.72444	.35512
DEPORD	.83159	-.02288
CREDHAB	.86979	-.02323
LEVMULT	.89724	.22872
TXURB35	.80883	-.08376
CONTAUT	.59359	.65256
HABCUST	.37162	.61119
NEMPREST	.20138	.79802
VVNREST	.41961	.80699
COMSUPER	.16139	.65034
DORMID	.16584	.86765

Finalmente o Quadro nº 3 dá-nos conta do conjunto de coeficientes que permite transformar a matriz X das variáveis, na matriz F dos factores, viabilizando assim o cômputo dos dois indicadores IpC e FDR.

Para além dos dois índices já mencionados (IpC e FDR), julgou-se interessante, no âmbito deste Estudo, proceder ao cálculo de um terceiro indicador, designado de "Percentagem do Poder de Compra" (PPC). A ideia subjacente a este terceiro índice foi analisar a concentração do poder de compra nos diferentes concelhos, tendo em conta que as manchas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional, dependem não só do poder de compra *per capita* dos cidadãos, mas também da distribuição espacial da

população. O indicador PPC não resulta directamente da análise factorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada concelho no todo nacional em 1993.

Quadro nº 3

Coefficientes dos Scores

VARIÁVEIS	IPC	FDR
ISVEIC	.12379	.00271
ELECTRIC	.05965	.09419
TELEFON	.12129	-.00471
NPSCOM	.14872	-.05889
HIOPHOR	.10264	.01843
DEPORD	.18101	-.13011
CREDHAB	.18922	-.13584
LEVMULT	.15811	-.05134
TXURB35	.18509	-.14816
CONTAUT	.03102	.14215
HABCUST	-.01033	.16020
NEMPREST	-.07412	.25083
VVNREST	-.02882	.22195
COMSUPER	-.06098	.20481
DORMID	-.09193	.28051

Assinale-se, ainda, que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o País, resulta também da ponderação dos valores assumidos pelos índices à escala concelhia, pelos pesos demográficos dos concelhos nos diferentes espaços regionais considerados.

Uma importante nota deve merecer a atenção dos utilizadores deste Estudo. As quinze variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes e, em consequência, como já foi assinalado, foram previamente estandarizadas. Os factores obtidos a partir destas variáveis: IpC e FDR, são também originalmente variáveis estandarizadas. Significa isto que as unidades de medida dos dois factores são indeterminadas. Os dois índices são,

pois, susceptíveis de transformações lineares, sem prejuízo do seu significado enquanto números cardinais. Estas transformações lineares são somente mudanças de escala. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes, de forma arbitrária, uma média e um desvio-padrão. No presente estudo procedeu-se do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois factores:

- No IpC atribui-se o valor 100 ao todo "País", e optou-se por um coeficiente de variação relativamente à medida aritmética simples de cerca de 0.56, igual ao da variável NPSCOM, que se presumiu possuir uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária.
- O FDR é apresentado como variável estandarizada (procedimento não menos arbitrário que outro qualquer).

Se a escolha arbitrária de sistemas de medida para os dois indicadores IpC e FDR, fornecidos directamente pela análise factorial, não suscita problemas severos na interpretação desses índices, dado que, como já se referiu, as mudanças de escala preservam o seu significado enquanto cardinais, o mesmo já não pode ser dito relativamente ao indicador PPC. O peso de cada concelho no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida seleccionado para o índice IpC, donde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas no PPC, nomeadamente estudos de concentração de poder de compra, devem ser efectuadas e interpretadas com a maior cautela, dado que reflectem criticamente a escala escolhida na mensuração do IpC. Adverte-se, nomeadamente, para a possibilidade de concentração de poder de compra exagerar a própria concentração de rendimento monetário, dada a provável tendência à manifestação daquele, de forma mais que proporcional, nos pontos de rendimento *per capita* mais

elevado.

Assinale-se por fim, que a metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Dois valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas duas versões deste Estudo (a que neste momento se apresenta, e a publicada em 1993), podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- De o conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente em ambas as versões do Estudo
- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em ambas
- Da alteração do sistema de medida do IpC, embora este efeito se estime mínimo, dado que o coeficiente de variação do índice foi meramente incrementado de 0.55 para 0.56.

INDICADOR PER CAPITA

INTRODUÇÃO

Indicador per Capita

O Indicador per Capita (IpC) compara o poder de compra dos diferentes concelhos (e regiões), em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País, a que foi atribuído o valor 100. Nesta parte descreve-se a distribuição do IpC no País, por regiões NUTS II, NUTS III e concelhos, seguindo-se um ordenamento exaustivo dos valores assumidos por esse indicador nas diferentes regiões e concelhos. Procede-se, finalmente, a uma breve descrição do IpC no interior de cada uma das sete regiões NUTS II em que se reparte o País.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo é a região portuguesa que revela, segundo o IpC, um maior poder de compra *per capita*, superando a média do País em 44.6 pontos. Entre as outras regiões, somente o Algarve possui um IpC superior à média nacional, atingindo um registo de 100.4. As Regiões Norte e Centro verificam valores no IpC respectivamente de 81.9 e 71.6. Por fim, o Alentejo queda-se pelos 69.3, e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira por 64.5 e 59.7.

Os aspectos mais relevantes destes dados prendem-se fundamentalmente com a pequena distância que separa o Alentejo das outras regiões do Continente, em particular a Região Centro, e com a posição ocupada pelas Regiões Autónomas, na cauda da tabela, e a distância apreciável das regiões continentais.

A posição, aparentemente benévola, do Alentejo em termos de poder de compra *per capita*, resulta em parte do importante peso demográfico dos seus principais

centros urbanos na população total da região, o que reflecte já a marcada tendência de despovoamento das zonas rurais alentejanas. Assim, os concelhos de Évora, Beja, Portalegre, Elvas e Sines representam, sozinhos, mais de 28% da população alentejana; e o peso dos centros urbanos na população daqueles concelhos é igualmente importante, não se observando geralmente uma zona sub-urbana de transição entre as cidades e o mundo rural.

Mas, ainda assim, é incontornável que de um modo geral o IpC atribui um registo mais elevado aos concelhos rurais do Alentejo que aos seus congéneres do Norte e Centro. Por exemplo, na lista dos 50 concelhos com menores valores do IpC só constam 3 municípios alentejanos: Barrancos, Portel e Alvão; e só este último se inclui nos 20 concelhos com menor poder de compra *per capita*. Para este facto parecem contribuir fundamentalmente dois factores:

- A omissão, do IpC, de variáveis que reflectam o rendimento em espécie, nomeadamente o autoconsumo, fenómenos que deverão ter uma expressão muito mais relevante nas Regiões Norte e Centro, que no Alentejo
- O povoamento mais concentrado do mundo rural alentejano, propiciando o aparecimento de centros, que ainda que de pequena dimensão, podem já ser considerados “vilas grandes”, onde os hábitos urbanos de consumo penetram mais facilmente que nas “pequenas aldeias” do Norte e Centro, características do seu povoamento mais disperso

Quanto às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os baixos valores com que o IpC as penaliza deverão decorrer fundamentalmente da maior juventude da sua população, e da consequente maior dimensão média dos agregados familiares. Com efeito, não havendo uma ponderação distinta para adultos e seus dependentes, que reflita as diferentes necessidades de consumo dos indivíduos consoante o seu escalão etário e a sua posição no agregado familiar, as diferentes variáveis de base, quando expressas em termos *per capita*, tendem a subestimar o bem-estar que se propõem representar, precisamente nas regiões mais jovens e com agregados mais numerosos. O exemplo mais extremo ocorre, provavelmente, no número de telefones *per capita*, que se reduz a metade quando a dimensão dos agregados familiares duplica, apesar do bem-estar proporcionado se dever manter sensivelmente constante.

Se confrontarmos as Regiões Autónomas, não globalmente com o Continente, mas especificamente com o Alentejo, os motivos que fundamentaram a relativa proximidade, em termos de poder de compra *per capita*, desta última região com outras regiões continentais, contribuem igualmente para explicar o fosso, manifestado pelo IpC, entre as Ilhas e a região alentejana. Nomeadamente, o autoconsumo deverá ter, nas Regiões Autónomas, um maior peso nos rendimentos dos indivíduos, que não é captado pelo IpC, e o tipo de povoamento nas regiões insulares é manifestamente mais disperso que no Alentejo.

Quanto à Região Autónoma da Madeira acresce, ainda, que o modelo utilizado neste Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, optou por explicar uma parcela relativamente relevante do poder de compra manifestado na região, pelo facto da Madeira ser uma zona de grande

afluência turística. Em resultado, a região madeirense viria caracterizada por um elevado *score* no indicador FDR, atribuindo-lhe o modelo, em contrapartida, um registo mais modesto no IpC.

Quanto à distribuição do IpC por regiões NUTS III, assinala-se no topo da lista dos maiores poder de compra *per capita*, a Grande Lisboa, com um registo de 188.3, o Grande Porto que difere da média do País por 34.4 pontos, e a Península de Setúbal que possui um IpC de 110.5. Também o Algarve, e como já foi referido, ultrapassa a média do País ainda que marginalmente. Ao contrário, e na cauda deste *ranking* das NUTS III pelo seu poder de compra *per capita*, situam-se o Pinhal Interior Norte (50.0), o Douro (49.5), o Tâmega (41.1) e o Pinhal Interior Sul (40.2). De entre estas posições mais extremas, a única que merece comentário é o Tâmega, que manifesta um poder de compra *per capita* particularmente reduzido, mas que partilha com as regiões insulares as características de juventude da sua população, e dimensão média dos agregados familiares, que já vimos justificarem *scores* relativamente mais baixos segundo o IpC.

Realce, também, no que respeita aos valores assumidos pelo IpC nas diferentes NUTS III, para os registos obtidos pelo Alentejo Central e Beira Interior Sul, que ultrapassam em termos de poder de compra *per capita* algumas NUTS Litorais como o Baixo Vouga e o Oeste. A posição destacada daquelas duas NUTS do interior do País deriva, porém, do peso preponderante das cidades de Évora e Castelo Branco nas suas populações totais. Este efeito é particularmente evidente na Beira Interior Sul, em que o segundo concelho com maior IpC, após Castelo Branco, é Vila Velha de Ródão com um valor de 43.6 neste indicador, que contrasta com os 75.3 calculados para a NUT no seu conjunto.

No que respeita à distribuição concelhia do poder de compra *per capita*, registe-se que somente 33 concelhos dos 305 que compõem o País conseguem ultrapassar o índice 100, padrão que representa a média nacional. Destes 33 concelhos, 12 situam-se na zona urbana de Lisboa-Setúbal, 6 são concelhos algarvios, e quatro localizam-se no espaço urbano do Porto (incluindo aí S. João da Madeira). Dos restantes 11, que não pertencem a essas regiões de maior concentração de poder de compra, 4 localizam-se no litoral da Região Centro (Coimbra, Aveiro, Leiria e Marinha Grande) e 3 são alentejanos (Sines, Évora e Beja). São parte, ainda, dessa lista, Braga na Região Norte, Entroncamento e Caldas da Rainha da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e o município açoreano de Ponta Delgada.

O traço mais característico destes 33 concelhos de maior poder de compra *per capita*, que superam a média do País segundo o IpC, é a sua natureza eminentemente urbana. Assim destes 33 concelhos, 29 incluem centros com mais de 10 000 habitantes, sendo que nos restantes quatro existe igualmente pelo menos um centro urbano com mais de 5000 habitantes. Os supra-citados 33 concelhos incluem ainda 11 das 20 capitais de distrito (ou região autónoma), situando-se mais 6 destas capitais administrativas no pequeno grupo de 10 concelhos que possui um IpC entre 90 e 100. Somente 3 capitais de distrito verificam um IpC inferior ao score 90: a Guarda (89.0), Bragança (80.4) e Viana do Castelo (73.7).

É de resto o fenómeno urbano que explica o posicionamento destacado de dois concelhos que se situam no topo da lista que ordena os municípios pelo seu IpC: S. João da Madeira (3º) e Entroncamento (7º). Trata-se de dois casos que têm em comum uma pequena área concelhia que se esgota no próprio centro urbano. E

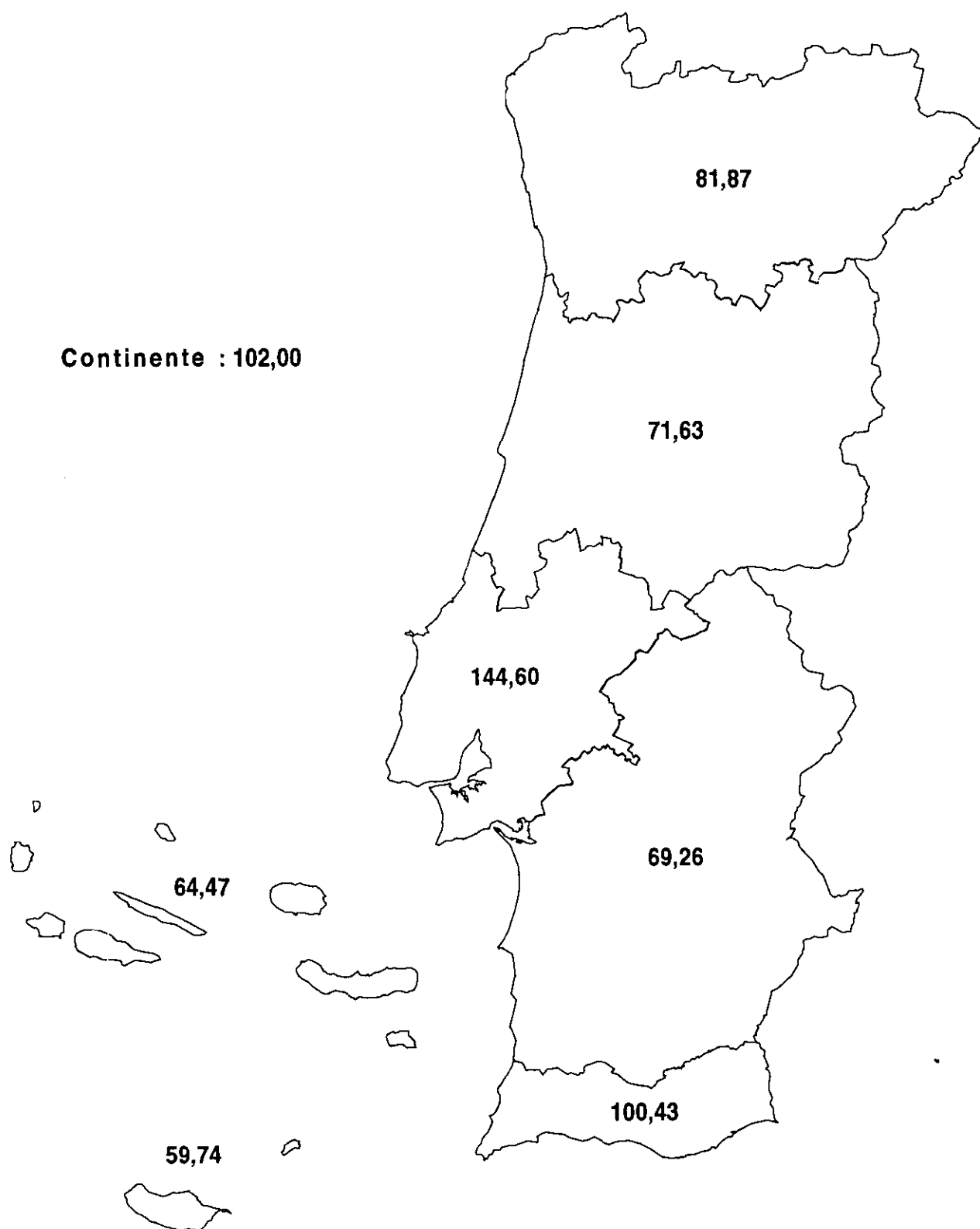
no caso de S. João da Madeira existem mesmo outros lugares contíguos (Arrifana), que não são parte do concelho, mas que numa visão lata podiam ser considerados como integrando a própria cidade. O que acontece, então, é que algumas variáveis consideradas neste Estudo adquirem, nestes casos particulares, uma abrangência supra-concelhia, que não possuem na generalidade dos outros municípios. São o caso nomeadamente das variáveis que derivam da actividade bancária, como os depósitos à ordem, o crédito à habitação, e os levantamentos nas caixas multibanco, que nos dois casos em análise se poderão referir a um aglomerado populacional mais amplo que o concelho, apesar de no âmbito do Estudo o divisor que as converte em dados *per capita*, ser ainda, e inevitavelmente a população concelhia.

O mesmo raciocínio poderia, também, ser aplicado a Lisboa e Porto, argumentando-se assim que o IpC tenderia a exagerar o poder de compra *per capita* das duas grandes cidades portuguesas, à semelhança do efeito que se suspeita operar em S. João da Madeira e Entroncamento. Não é porém evidente que tal aconteça do mesmo modo em Lisboa e Porto. Em ambos os casos, ainda que forma mais nítida em Lisboa, os elevados valores do IpC nas grandes cidades, não impedem valores também elevados do mesmo indicador nos concelhos limítrofes. No caso de Lisboa a generalidade dos concelhos vizinhos supera o valor 100, e no Grande Porto a maioria destes concelhos possui um IpC superior a 90. A razão é que sendo as distâncias, física e tempo, muito superiores, variáveis como as que se associam à actividade bancária, não se concentram tanto no núcleo urbano central, mas dispersam-se de uma forma muito mais homogénea por todo o espaço urbano e sub-urbano.

Uma referência, por fim, aos concelhos que denotam, segundo o IpC, um menor poder de compra *per capita*. Se tomarmos (de forma arbitrária) os últimos 50 concelhos no *ranking* do IpC, verificamos que a região dominante neste grupo mais desfavorecido, é a Região Norte. Com efeito, pertencem à Região Norte 28 desses 50 concelhos, ainda que se trate geralmente de pequenos concelhos do interior, pouco populosos, que consequentemente pouco influenciam o índice global da Região. Presença muito importante, neste grupo de 50 concelhos, tem igualmente a Região Autónoma da Madeira, com 8 concelhos (num total de 11 que compõem a região; de fora desta cauda ficam somente o Funchal, Porto Santo e a Ribeira Brava). Dos restantes, neste grupo de 50, observam-se a presença de 4 concelhos da Região Centro, 3 do Algarve, do Alentejo e dos Açores, e somente 1 da Região de Lisboa e Vale do Tejo (Gavião). Da totalidade dos 50 concelhos nenhum tem características vincadamente urbanas nem sub-urbanas, não podem ser considerados concelhos industrializados, e se exceptuarmos as Ilhas e os concelhos algarvios, nenhum tem contacto com o mar.

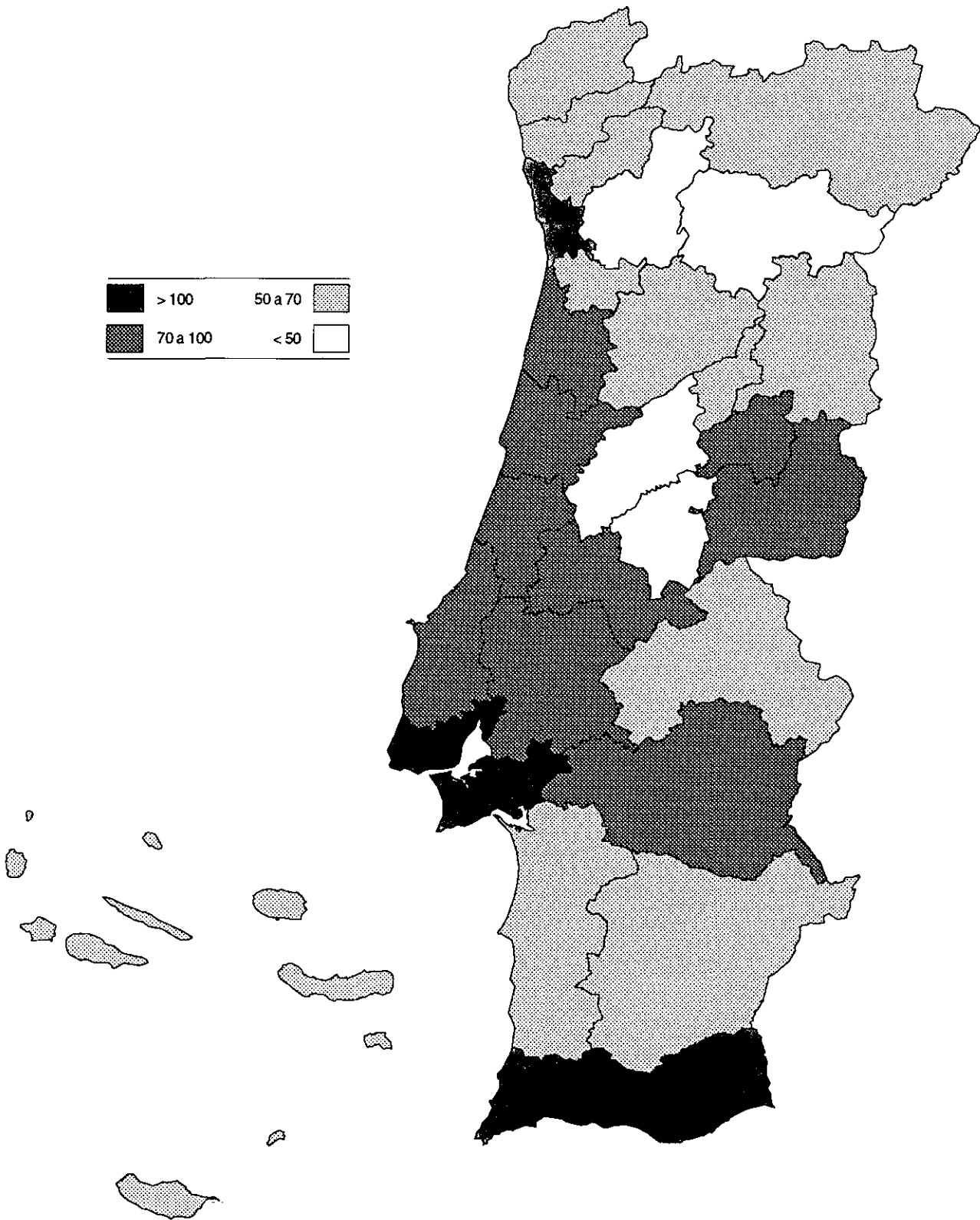
PAÍS POR NUTS II

Indicador per Capita



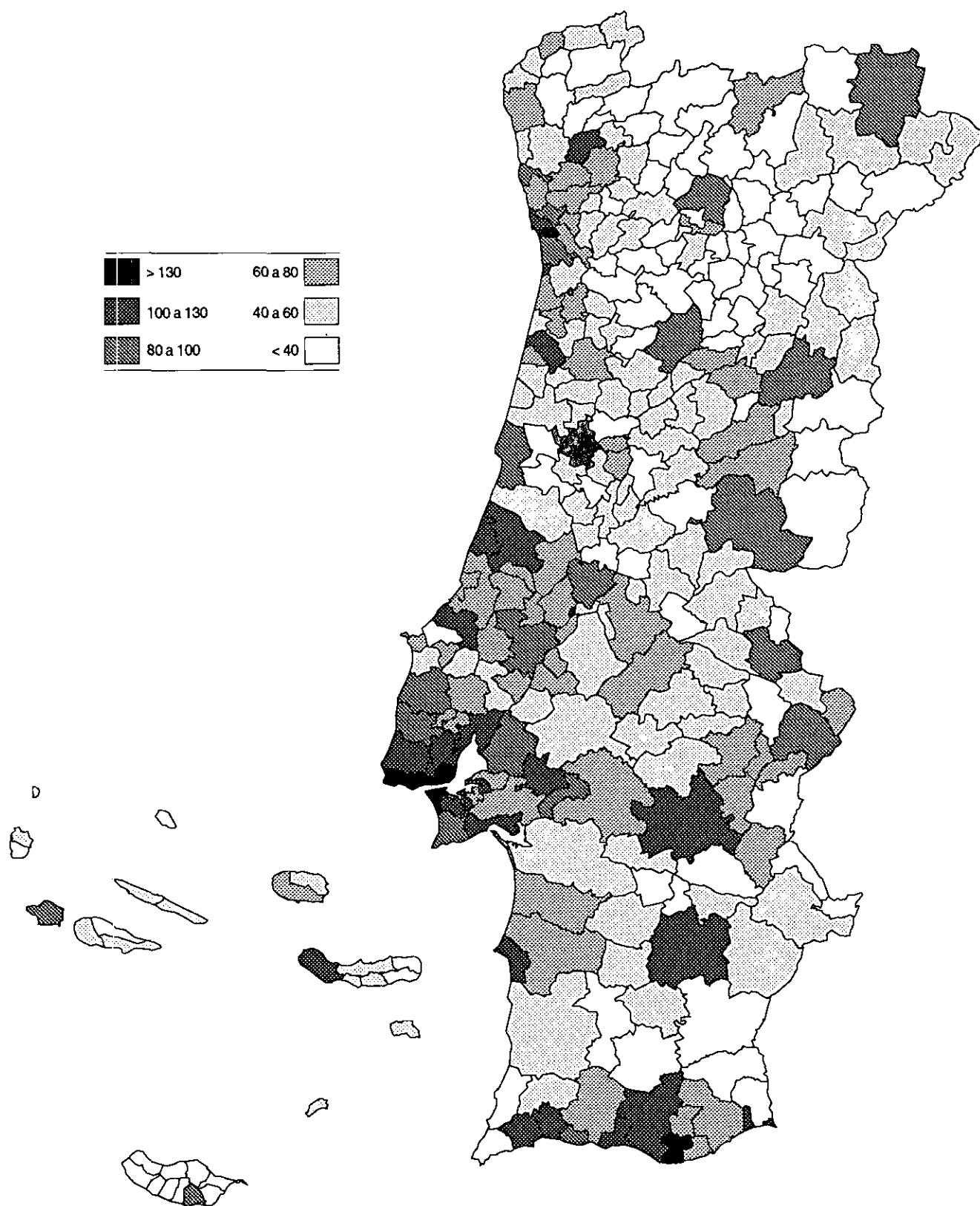
PAÍS POR NUTS III

Indicador per Capita



PAÍS POR CONCELHOS

Indicador per Capita



Concelhos / Regiões	Indicador per Capita
Lisboa	314.09
Porto	257.00
Grande Lisboa	188.30
São João Madeira	178.45
Faro	169.80
Oeiras	152.95
Lisboa e Vale do Tejo	144.60
Grande Porto	134.43
Cascais	133.42
Entroncamento	132.59
Almada	130.76
Coimbra	130.35
Matosinhos	127.90
Setúbal	127.72
Aveiro	126.47
Amadora	122.10
Sintra	119.83
Espinho	118.92
V. Real de St. António	118.12
Portimão	117.96
Sines	114.90
V. Franca Xira	112.38
Seixal	112.06
Lagos	110.60
Península de Setúbal	110.45
Évora	110.19
Loures	108.58
Beja	108.34
Loulé	108.33
Barreiro	108.26
Caldas da Rainha	106.27
Leiria	105.50
Montijo	104.18
Albufeira	103.79
Continente	102.00
Braga	101.57
Marinha Grande	100.82
Algarve	100.43
Ponta Delgada	100.08
Portugal	100.00
Funchal	97.33
Benavente	96.98
Maia	95.70

Concelhos / Regiões	Indicador per Capita
Vendas Novas	95.53
Castelo Branco	94.57
V. Nova de Gaia	93.38
Portalegre	91.75
Viseu	91.54
Santarém	91.18
Vila Real	90.41
Guarda	89.04
Baixo Mondego	88.12
Sesimbra	86.95
Pinhal Litoral	86.78
Tomar	86.47
Lagoa/Algarve	85.87
Figueira da Foz	85.64
Elvas	82.26
Póvoa Varzim	82.07
Região Norte	81.87
Horta	81.68
Maia	80.55
Bragança	80.37
Torres Vedras	80.26
Campo Maior	79.64
Olhão	79.38
Palmela	79.04
Cartaxo	78.78
Covilhã	78.73
Torres Novas	78.38
Gondomar	78.04
Moita	77.94
Alentejo Central	77.89
Peniche	77.28
Estremoz	76.40
Ílhavo	76.37
Almeirim	76.13
Beira Interior Sul	75.29
Vila Viçosa	75.15
Baixo Vouga	74.78
Oeste	74.45
Montemor-o-Novo	74.27
Lezíria do Tejo	73.87
Viana Castelo	73.72
Rio Maior	73.51
Nazaré	73.03

Concelhos / Regiões	Indicador per Capita
Médio Tejo	72.82
Valongo	72.51
Cova da Beira	71.69
Região Centro	71.63
Águeda	71.53
São Brás de Alportel	70.25
Tavira	69.84
Alentejo	69.26
Valença	69.15
Angra do Heroísmo	68.75
Batalha	68.64
Santiago do Cacém	68.54
Alentejo Litoral	68.38
Alcobaça	68.38
Guimarães	68.23
Alcochete	68.18
Cávado	68.14
Chaves	67.83
Ovar	67.76
Alpiarça	67.76
Vila Nova de Ourém	67.51
Gouveia	67.51
Borba	66.89
Vila do Conde	66.68
Sobral de Monte Agraço	66.60
Alto Alentejo	66.51
V. Nova de Poiares	66.24
Entre Douro e Vouga	65.92
Bombarral	65.83
Lousã	65.82
Mangualde	65.42
Oliveira de Azeméis	65.15
Alenquer	64.70
Reg. Aut. Açores	64.47
Fundão	64.29
Abrantes	64.19
Peso da Régua	64.02
Golegã	63.62
Reguengos de Monsaraz	63.54
Alcanena	63.36
Ponte de Sor	62.98
Santo Tirso	62.77
Silves	61.78

Concelhos / Regiões	Indicador per Capita
Grândola	61.77
Baixo Alentejo	61.74
V. Nova de Famalicão	61.52
Porto de Mós	61.29
Ave	61.27
Estarreja	61.18
Arruda dos Vinhos	60.97
Redondo	60.31
Reg. Aut. da Madeira	59.74
Mirandela	59.52
Dão-Lafões	59.44
Anadia	59.39
Beira Interior Norte	58.46
Lourinhã	57.16
Oliveira do Hospital	56.86
Serra da Estrela	56.61
Vale de Cambra	56.55
Castelo de Vide	56.48
Feira	56.47
Alcácer do Sal	56.44
Pombal	56.15
Moura	56.14
Caminha	56.04
Oliveira do Bairro	55.89
Aljustrel	55.56
Odemira	55.55
Albergaria-a-Velha	55.22
Azambuja	55.16
Murtosa	55.06
Salvaterra de Magos	54.04
Santa Comba Dão	53.92
Seia	53.57
Lamego	53.54
Coruche	53.47
Minho-Lima	52.99
Nisa	52.98
Belmonte	52.79
Calheta/Açores	52.70
Tondela	52.53
Barcelos	52.48
V. Nova da Barquinha	52.45
Sever Vouga	52.44
Fafe	52.00

Concelhos / Reglões	Indicador per Capita
Ansião	51.92
Constância	51.17
Condeixa-a-Nova	51.02
Almeida	50.92
Vila do Porto	50.80
Ferreira do Alentejo	50.74
Alto Trás-os-Montes	50.72
Castro Verde	50.61
Cantanhede	50.52
Mealhada	50.43
Santa Cruz das Flores	50.26
Pinhal Interior Norte	49.99
Paços de Ferreira	49.54
Douro	49.52
Felgueiras	49.26
Vagos	49.00
Esposende	48.79
Miranda do Douro	48.67
Madalena	48.43
Macedo de Cavaleiros	48.18
Arganil	48.14
Vila Praia da Vitória	47.85
Vila Franca do Campo	47.59
Velas	47.47
Vimioso	47.33
Viana do Alentejo	47.22
Miranda do Corvo	47.10
Melgaço	46.91
Cadaval	46.89
Paredes	46.85
Trancoso	46.68
Mortágua	46.54
Porto Santo	46.34
Alvaiázere	45.67
Serpa	45.37
Chamusca	45.25
Alter do Chão	45.18
Sousel	45.05
Oliveira de Frades	45.02
Mora	44.98
Tábua	44.88
Celorico da Beira	44.61
Torre de Moncorvo	44.56

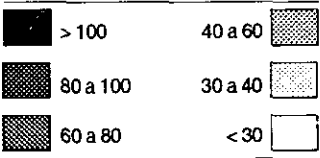
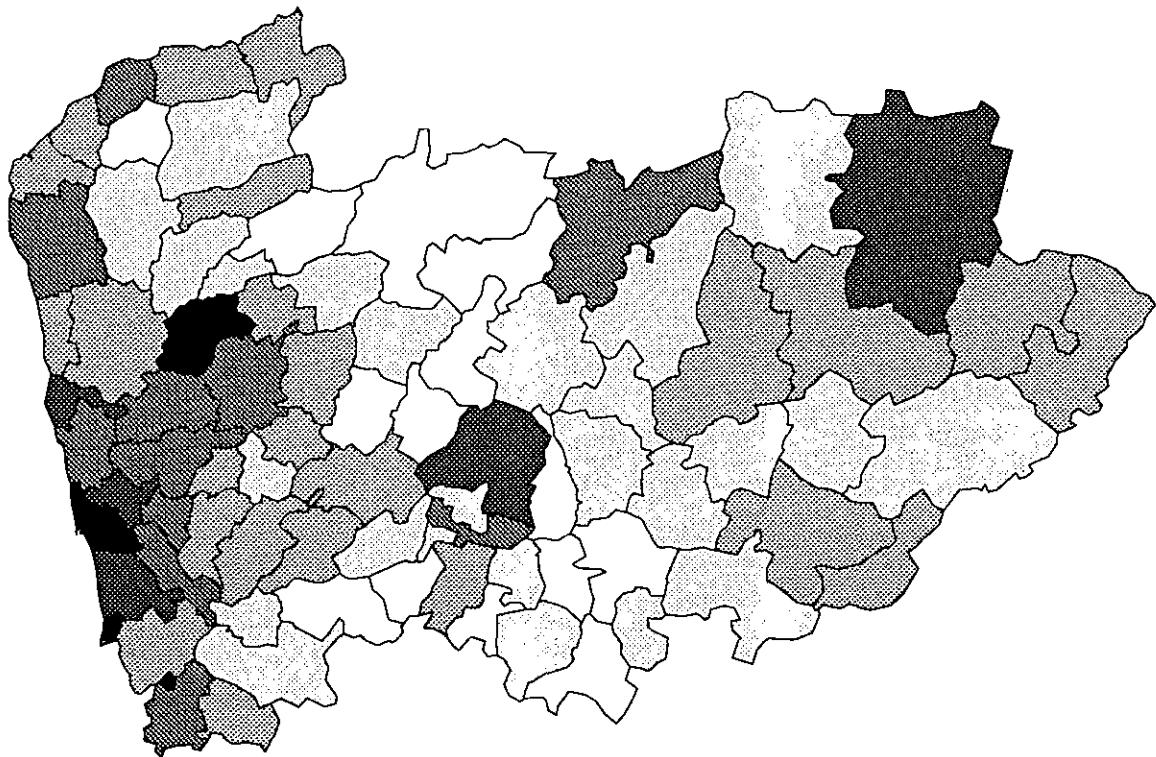
Concelhos / Reglões	Indicador per Capita
Nelas	44.55
Penafiel	44.52
Sardoal	44.40
Pampilhosa da Serra	44.39
Pinhel	44.39
Pedrogão Grande	44.30
Amarante	44.29
Ponte da Barca	44.23
V. Velha de Rodao	43.61
Lagoa/Açores	43.43
Vidigueira	43.34
V. Nova de Cerveira	43.31
Lajes do pico	43.13
Carregal do Sal	43.05
Monchique	42.60
Marco de Canaveses	42.59
Póvoa do Lanhoso	42.58
Arronches	42.47
Figueiró dos Vinho	42.28
Arraiolos	42.07
Fig. de Castelo Rodrigo	42.05
Castanheira de Pêra	41.70
Ribeira Grande	41.69
Avis	41.65
Mira	41.63
Proença-a-Nova	41.62
Freixo de Espada à Cinta	41.31
Crato	41.23
Fornos de Algodres	41.18
Tâmega	41.12
Fronteira	40.60
Sertã	40.39
Mação	40.37
Pinhal Interior Sul	40.25
Monção	40.12
S. Roque do Pico	40.00
Sabugal	39.75
Vila Nova de Paiva	39.49
Arcos de Valdevez	39.42
Castelo de Paiva	39.24
Góis	39.18
Manteigas	39.14
Cuba	39.11

Concelhos / Regiões	Indicador per Capita
Murça	38.98
Corvo	38.80
Montemor-o-Velho	38.77
Vouzela	38.72
Vila de Rei	38.58
Santa Cruz da Graciosa	38.56
Mogadouro	38.54
São Pedro do Sul	38.52
Oleiros	38.49
Óbidos	38.46
Ferreira do Zêzere	38.28
Monforte	38.12
Sátão	37.84
Mértola	37.76
Soure	37.75
Mourão	37.59
Arouca	37.49
Ourique	37.41
Aljezur	37.35
Castro Daire	37.13
Marvão	36.88
Penedono	36.60
V. Nova de Foz Côa	36.55
Alandroal	36.40
Lousada	35.97
Penalva do Castelo	35.93
Ribeira Brava	35.69
Almodovar	35.68
Alfândega da Fé	35.66
Moimenta da Beira	35.63
Amares	35.29
Penacova	35.06
Meda	34.74
Alijó	34.25
Barrancos	34.19
Vila Verde	34.17
Carrizada de Ansiães	34.09
Cabeceiras de Basto	33.90
Castro Marim	33.88
Aguiar da Beira	33.72
Machico	33.43
Ponte de Lima	33.20
Vinhais	32.88

Concelhos / Regiões	Indicador per Capita
Penamacor	32.73
Lajes das Flores	32.70
Vieira do Minho	32.57
St. Marta de Penaguião	32.40
Idanha-a-Nova	32.19
Portel	31.92
Baião	31.91
Povoação	31.88
Penela	31.84
V. Pouca de Aguiar	31.73
Gavião	31.14
Valpaços	30.59
Vila Flor	30.26
Vila do Bispo	30.25
Mesão Frio	30.25
Armamar	30.12
Montalegre	29.82
Tarouca	29.40
Nordeste	29.05
Mondim de Basto	28.96
Alvito	28.90
Tabuaço	28.73
Câmara de Lobos	28.29
S. João da Pesqueira	27.77
Boticas	27.63
Ponta do Sol	27.34
Paredes de Coura	27.18
Resende	27.13
Alcoutim	27.04
São Vicente	26.69
Cinfães	26.45
Sernancelhe	26.32
Ribeira de Pena	25.76
Santa Cruz	25.52
Santana	24.78
Porto Moniz	24.43
Terras do Bouro	24.38
Celorico de Basto	23.02
Sabrosa	22.76
Calheta/Madeira	18.37

REGIÃO NORTE POR CONCELHOS

Indicador per Capita



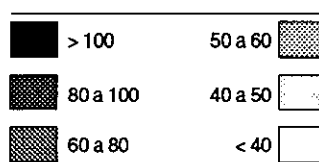
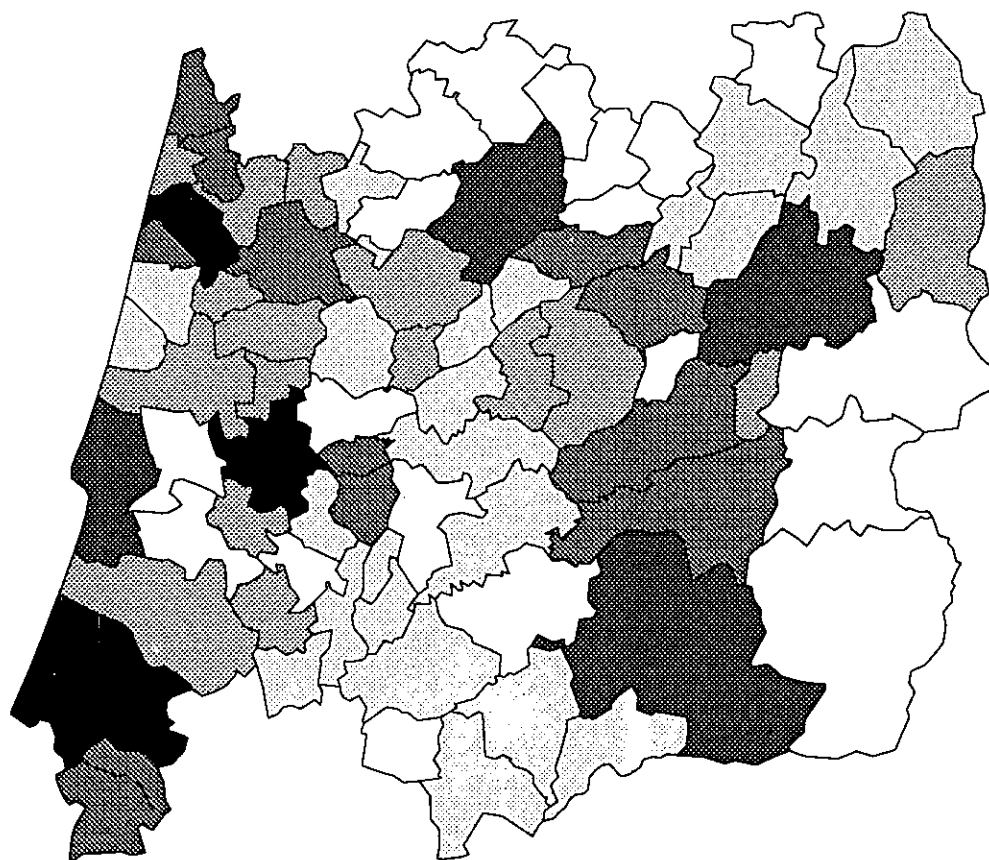
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Porto	257.00	Maia	95.70
São Joao Madeira	178.45	V. Nova de Gaia	93.38
Matosinhos	127.90	Vila Real	90.41
Espinho	118.92	Póvoa Varzim	82.07
Braga	101.57	Bragança	80.37

Valor do Indicador per Capita na Região Norte: 81.87

REGIÃO CENTRO POR CONCELHOS

Indicador per Capita



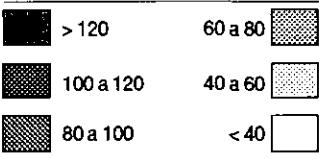
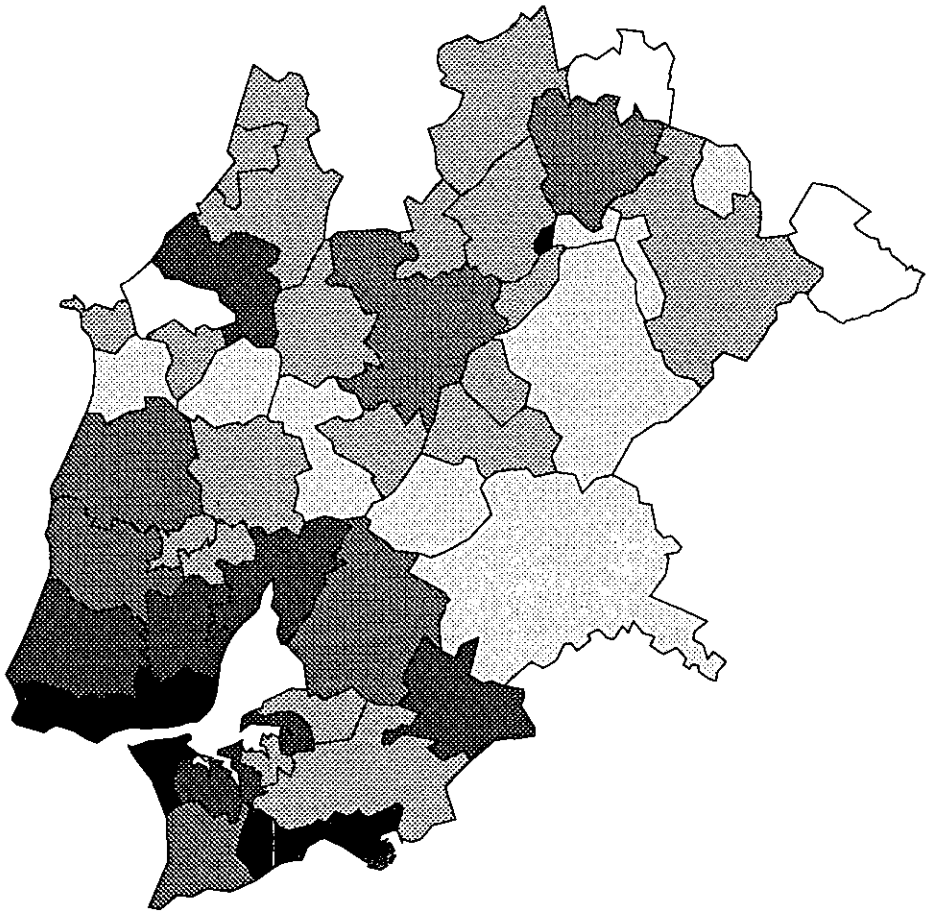
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Cóimbra	130.35	Viseu	91.54
Aveiro	126.47	Guarda	89.04
Leiria	105.50	Figueira da Foz	85.64
Marinha Grande	100.82	Covilhã	78.73
Castelo Branco	94.57	Ílhavo	76.37

Valor do Indicador per Capita na Região Centro: 71.63

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO POR CONCELHOS

Indicador per Capita



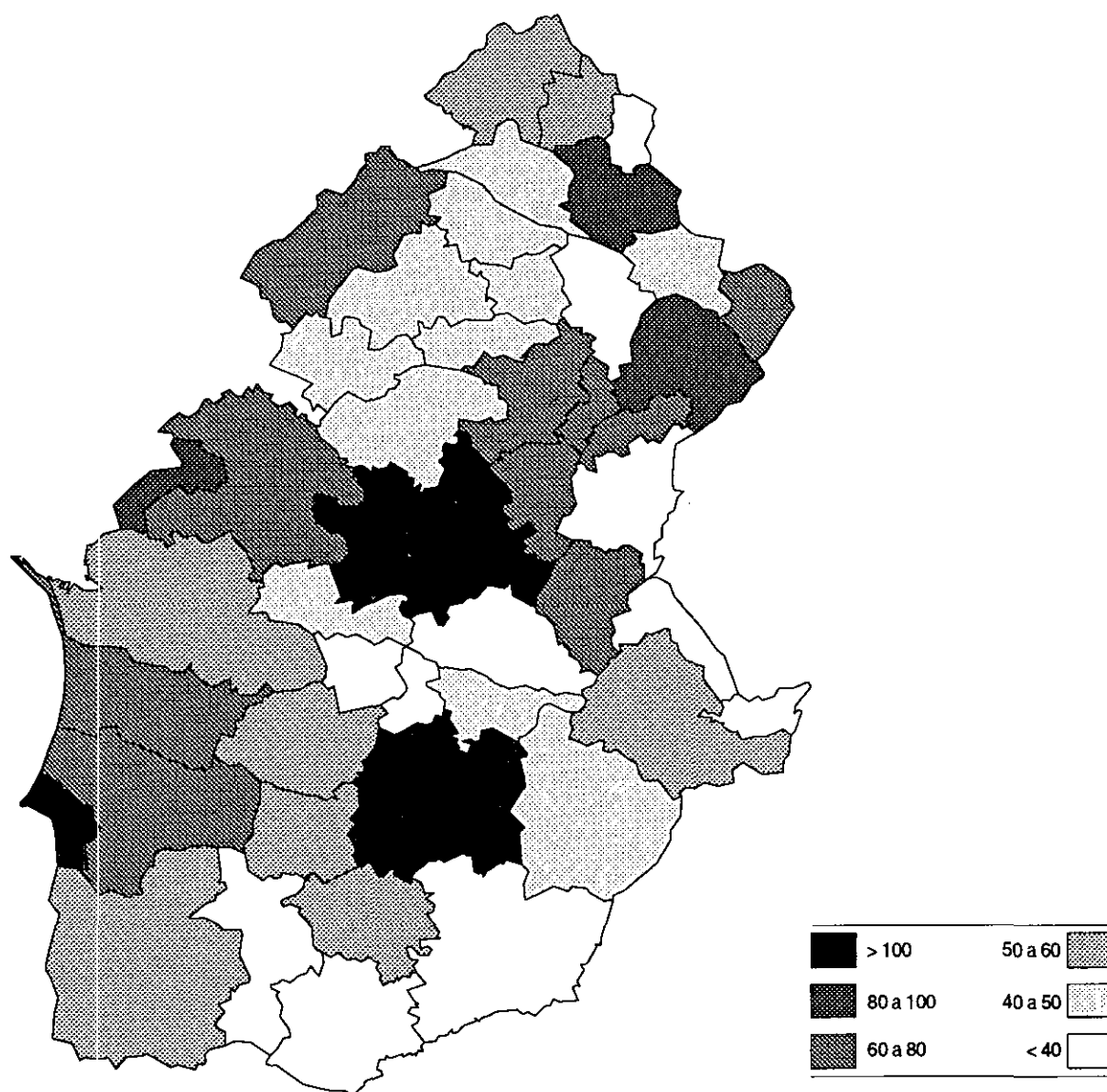
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Lisboa	314.09	Setúbal	127.72
Oeiras	152.95	Amadora	122.10
Cascais	133.42	Sintra	119.83
Entroncamento	132.59	V. Franca Xira	112.38
Almada	130.76	Seixal	112.06

Valor do Indicador per Capita na Região de Lisboa e Vale do Tejo: 144.60

REGIÃO DO ALENTEJO POR CONCELHOS

Indicador per Capita



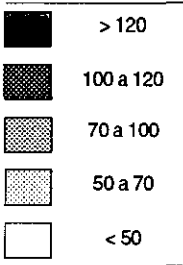
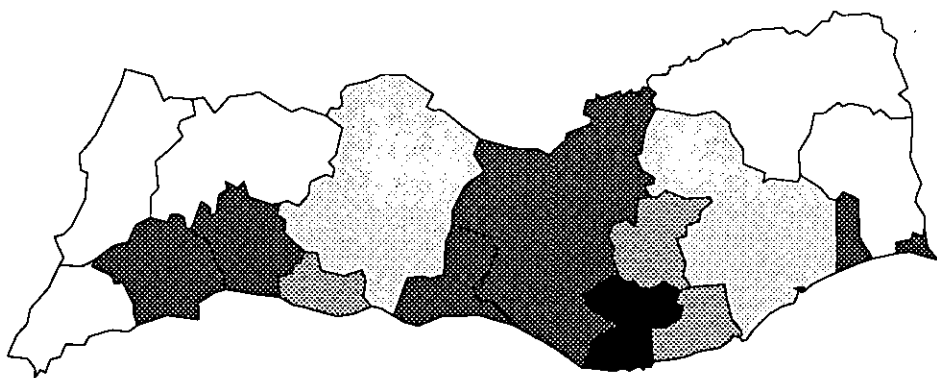
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Sines	114.90	Elvas	82.26
Évora	110.19	Campo Maior	79.64
Beja	108.34	Estremoz	76.40
Vendas Novas	95.53	Vila Viçosa	75.15
Portalegre	91.75	Montemor-o-Novo	74.27

Valor do Indicador per Capita na Região do Alentejo: 69.26

REGIÃO DO ALGARVE POR CONCELHOS

Indicador per Capita



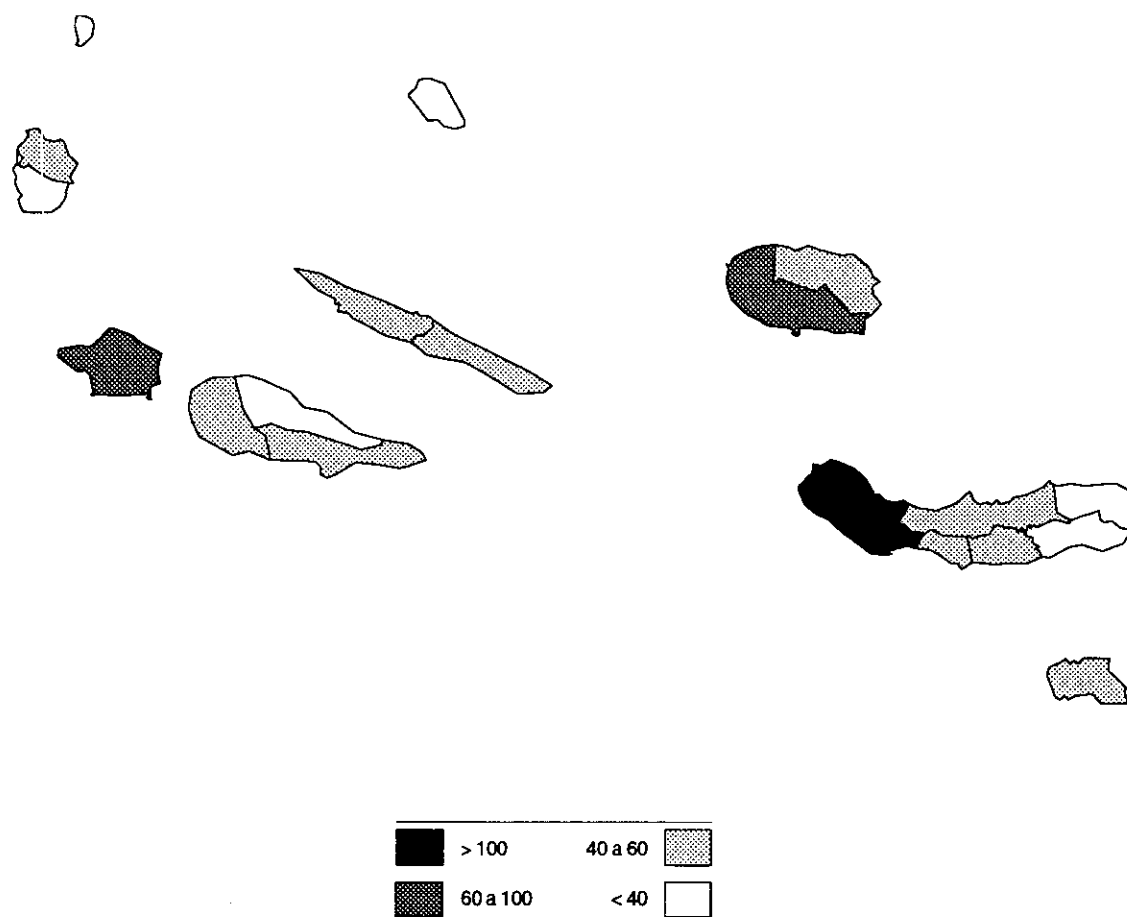
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Faro	169.80	Lagos	110.60
V. Real de St. António	118.12	Loulé	108.33
Portimão	117.96	Albufeira	103.79

Valor do Indicador per Capita na Região do Algarve: 100.43

REGIÃO AUT. DOS AÇORES

Indicador per Capita



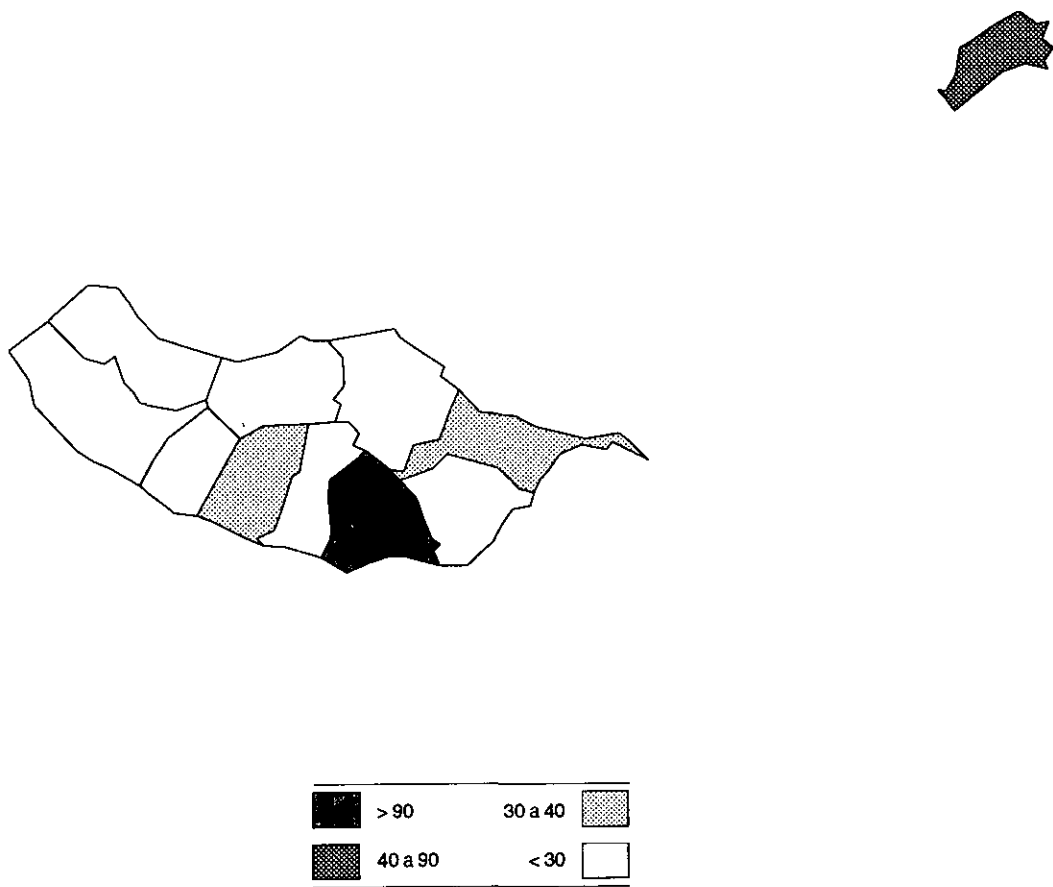
Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Ponta Delgada	100.08	Calheta/Açores	52.70
Horta	81.68	Vila do Porto	50.80
Angra do Heroísmo	68.75	Santa Cruz das Flores	50.26

Valor do Indicador per Capita na Região Aut. dos Açores: 64.47

REGIÃO AUT. DA MADEIRA

Indicador per Capita



Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita	Concelhos	Indicador per Capita
Funchal	97.33	Machico	33.43
Porto Santo	46.34	Santa Cruz	25.52
Ribeira Brava	35.69	Santana	24.78

Valor do Indicador per Capita na Região Aut. da Madeira: 59.74

PERCENTAGEM DO PODER DE COMPRA

INTRODUÇÃO

Percentagem do Poder de Compra

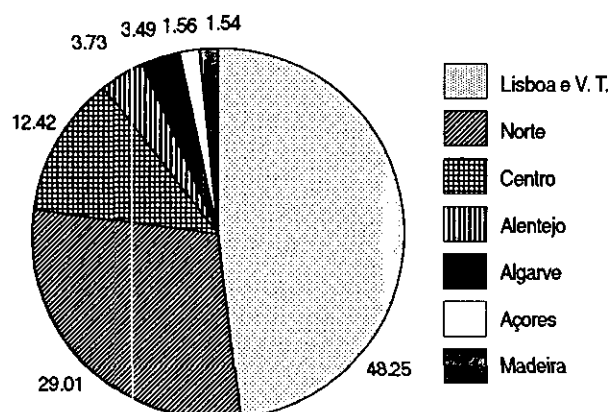
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador, inferido do Indicador per Capita de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região), no total do País que toma o valor 100. A PPC reflecte não só a distribuição do poder de compra pelo país, mas também, e concomitantemente, a distribuição da população. Apesar dos problemas descritos na Nota Metodológica, a propósito da escolha do sistema de medida do Indicador per Capita, que aconselham uma leitura cautelosa dos números fornecidos pela PPC, optámos pela divulgação deste indicador, face ao interesse que ineludivelmente representa para os utilizadores.

O diagrama em baixo representa a estrutura do poder de compra nacional segundo regiões NUTS II. Constata-se que a Região de Lisboa e Vale do Tejo representa, sozinha, mais de 48% do poder de compra do País. Segue-se-lhe a Região Norte com 29%, enquanto a Região Centro se queda pelos 12.4%. Alentejo e Algarve ficam aquém dos

4% do poder de compra nacional. As Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, por sua vez, representam cada uma pouco mais que 1.5% do poder de compra total, o que significa que o Continente tem um peso no poder de compra nacional, que ascende aos 96.9%.

O quadro em baixo indica-nos o peso das diferentes regiões NUTS III no poder de compra total. Registe-se que a Grande Lisboa representa sozinha quase 35% do poder de compra nacional, valor superior ao de toda a

REGIÕES	PPC
Minho-Lima	1.34
Cávado	2.49
Ave	2.90
Grande Porto	16.04
Tâmega	2.17
Entre Douro e Vouga	1.71
Douro	1.18
Alto Trás-os-Montes	1.18
Baixo Vouga	2.68
Baixo Mondego	2.92
Pinhal Litoral	1.98
Pinhal Interior Norte	0.69
Pinhal Interior Sul	0.20
Dão-Lafões	1.69
Serra da Estrela	0.30
Beira Interior Norte	0.69
Beira Interior Sul	0.61
Cova da Beira	0.86
Oeste	2.71
Grande Lisboa	34.88
Península de Setúbal	7.26
Médio Tejo	1.66
Lezíria do Tejo	1.73
Alentejo Litoral	0.67
Alto Alentejo	0.85
Alentejo Central	1.35
Baixo Alentejo	0.87
Algarve	3.49
Reg. Aut. Açores	1.56
Reg. Aut. da Madeira	1.54



Região Norte. O Grande Porto representa, também, mais de 16% do poder de compra em Portugal. A Península de Setúbal atinge os 7.26%, enquanto o Algarve não chega aos 3.5% do poder de compra total. Todas as outras regiões NUTS III registam uma PPC inferior aos 3%, sendo a que mais se aproxima o Baixo Mondego com 2.92%. Nove regiões, localizadas predominantemente no interior do País, representam cada uma menos de 1% do total nacional do poder de compra, apresentando o Pinhal Interior Sul uma PPC de 0.2%.

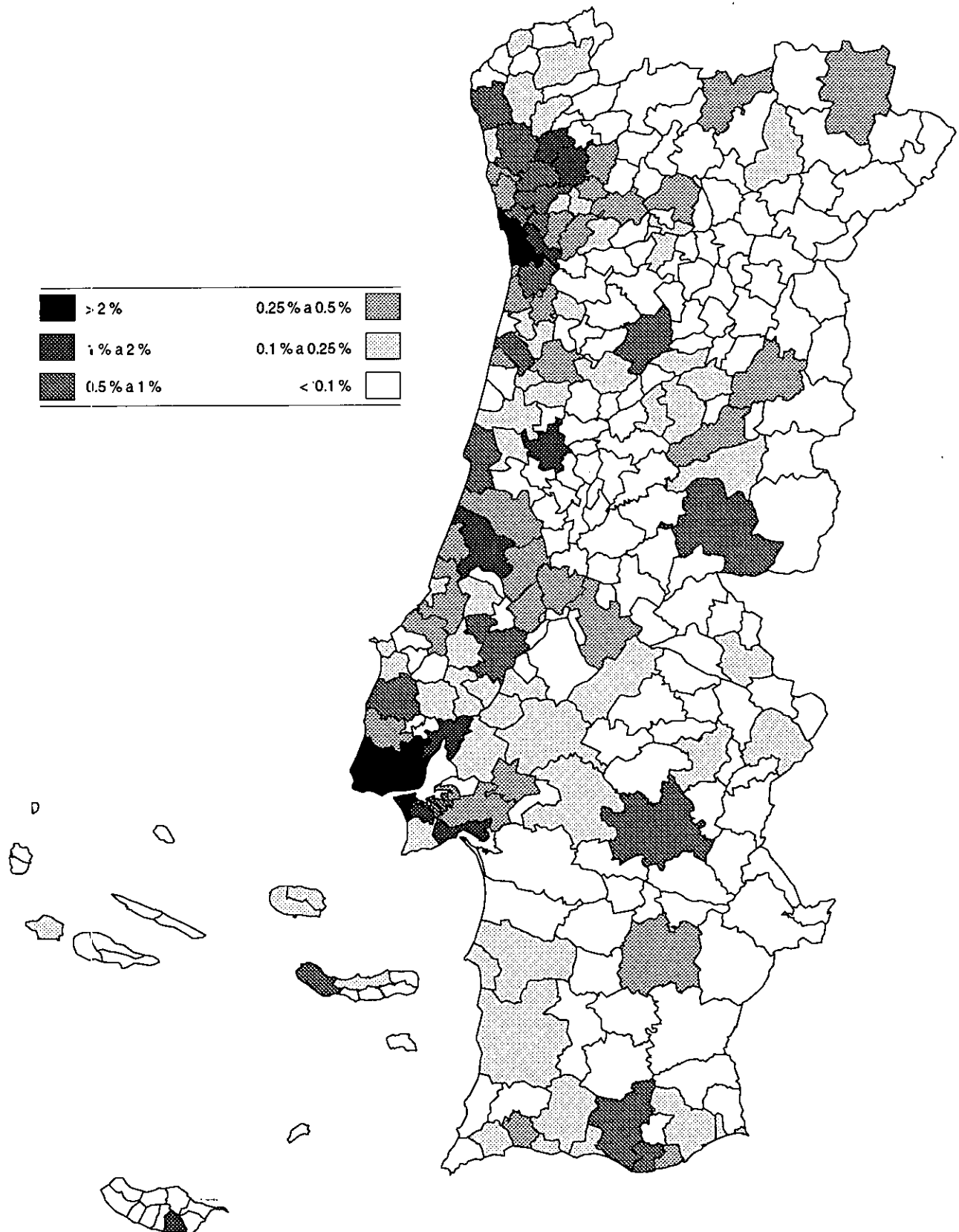
(0.78%), Évora (0.60%) e Castelo Branco (0.52%).

No que resta, apresenta-se um mapa com as PPC por concelhos, e reproduz-se a listagem com o valor desta percentagem para todos os concelhos do País. Assinala-se o peso muito significativo dos concelhos de Lisboa e Porto no total do poder de compra nacional: 20.0% e 7.6%. Loures e Sintra representam também, cada um, mais de 3% do poder de compra total. Mas somente mais 15, além daqueles 4, entre os 305 concelhos portugueses, são capazes de superar sozinhos o peso de 1% do poder de compra do país. Estes 19 concelhos situam-se predominantemente nas zonas da Grande Lisboa, incluindo a Península de Setúbal, e do Grande Porto. A estes espaços acrescenta-se somente o eixo Braga-Guimarães, além de Coimbra, Funchal e Leiria.

A distribuição espacial da PPC ilustra, de forma muito evidente, as assimetrias regionais do País, reflectindo a concentração, quer do poder de compra, quer da população, nas duas grandes cidades portuguesas e suas envolventes sub-urbanas, assim como mais geralmente na faixa litoral. Poucos são os concelhos do interior capazes de assumir algum relevo no total nacional do poder de compra. Saliente-se, somente, entre os concelhos do interior, o peso ainda relativamente significativo denotado pela PPC dos concelhos de Viseu

PAÍS POR CONCELHOS

Percentagem do Poder de Compra



Concelhos	Per. de Poder de Compra
Lisboa	20.0024
Porto	7.6463
Loures	3.6365
Sintra	3.3197
V. Nova de Gaia	2.4015
Oeiras	2.3706
Amadora	2.2240
Cascais	2.1161
Matosinhos	2.0156
Almada	2.0138
Coimbra	1.8357
Braga	1.4921
Seixal	1.3875
Setubal	1.3448
V. Franca Xira	1.2148
Gondomar	1.1532
Funchal	1.1403
Leiria	1.1145
Guimarães	1.1090
Barreiro	0.9287
Maia	0.9286
Faro	0.8825
Aveiro	0.8631
Viseu	0.7772
V. Nova de Famalicão	0.7252
Feira	0.6948
Santo Tirso	0.6644
Ponta Delgada	0.6327
Viana Castelo	0.6235
Barcelos	0.6064
Évora	0.6005
Santarém	0.5715
Valongo	0.5606
Torres Vedras	0.5472
Figueira da Foz	0.5343
Moita	0.5269
Castelo Branco	0.5171
Loulé	0.5166
Portimão	0.4705

Concelhos	Per. de Poder de Compra
Caldas da Rainha	0.4689
Póvoa Varzim	0.4633
Oliveira de Azeméis	0.4480
Vila do Conde	0.4421
Espinho	0.4265
Vila Real	0.4236
Covilhã	0.4206
Beja	0.3816
Montijo	0.3793
Alcobaca	0.3783
Tomar	0.3747
Palmela	0.3609
Mafra	0.3575
Paredes	0.3528
Guarda	0.3479
Ovar	0.3470
São Joao Madeira	0.3388
Marinha Grande	0.3312
Águeda	0.3216
Penafiel	0.3148
Olhão	0.2972
Torres Novas	0.2965
Abrantes	0.2924
Pombal	0.2896
Chaves	0.2767
Vila Nova de Ourém	0.2756
Bragança	0.2660
Felgueiras	0.2624
Ílhavo	0.2621
Fafe	0.2557
Amarante	0.2555
Angra do Heroísmo	0.2468
Sesimbra	0.2460
Lagos	0.2437
Portalegre	0.2375
Paços de Ferreira	0.2283
Albufeira	0.2281
Alenquer	0.2226
Santiago do Cacém	0.2181

Concelhos	Per. de Poder de Compra
Marco de Canaveses	0.2111
Silves	0.2070
Peniche	0.2033
Fundão	0.2032
Elvas	0.2017
Entroncamento	0.1971
Cantanhede	0.1890
Benavente	0.1861
Cartaxo	0.1767
Tavira	0.1742
Anadia	0.1734
V. Real de St. António	0.1698
Tondela	0.1677
Estarreja	0.1666
Almeirim	0.1642
Seia	0.1625
Lamego	0.1619
Lousada	0.1599
Vila Verde	0.1538
Esposende	0.1516
Rio Maior	0.1492
Lagoa/Algarve	0.1489
Mirandela	0.1483
Porto de Mós	0.1468
Ponte de Lina	0.1467
Mangualde	0.1454
Sines	0.1447
Odemira	0.1442
Vale de Cambra	0.1414
Peso da Régua	0.1399
Montemor-o-Novo	0.1374
Oliveira do Hospital	0.1285
Lourinhã	0.1250
Coruche	0.1246
Albergaria-a-Velha	0.1241
Horta	0.1224
Gouveia	0.1165
Ribeira Grande	0.1165
Estremoz	0.1156

Concelhos	Per. de Poder de Compra
Nazaré	0.1126
Ponte de Sor	0.1122
Azambuja	0.1087
Oliveira do Bairro	0.1068
Valença	0.1052
Arcos de Valdevez	0.1045
Salvaterra de Magos	0.1036
Montemor-o-Velho	0.1019
Vila Praia da Vitória	0.1000
Vendas Novas	0.0996
Moura	0.0970
Vagos	0.0959
Póvoa do Lanhoso	0.0939
Batalha	0.0939
Mealhada	0.0931
Câmara de Lobos	0.0927
Caminha	0.0922
Alcanena	0.0918
Macedo de Cavaleiros	0.0906
Arouca	0.0906
Lousã	0.0901
Monção	0.0870
Bombarral	0.0836
Grândola	0.0828
Soure	0.0813
Alcácer do Sal	0.0802
Serpa	0.0796
São Pedro do Sul	0.0772
Machico	0.0747
Reguengos de Monsaraz	0.0731
Sever Vouga	0.0730
Ansião	0.0721
Sertão	0.0717
Baião	0.0715
Alcochete	0.0692
Vila Viçosa	0.0686
Campo Maior	0.0684
Valpaços	0.0683
Castro Daire	0.0670

Concelhos	Per. de Poder de Compra
Condeixa-a-Nova	0.0668
Aljustrel	0.0666
Arganil	0.0660
Castelo de Paiva	0.0658
Sabugal	0.0656
Nelas	0.0653
Santa Comba Dão	0.0651
Cadaval	0.0629
Cinfães	0.0617
Santa Cruz	0.0615
Amares	0.0602
Tábua	0.0590
Penacova	0.0589
Lagoa/Açores	0.0581
Ponte da Barca	0.0579
Arruda dos Vinhos	0.0579
Mira	0.0562
Pinhel	0.0555
Cabeceiras de Basto	0.0555
Aljô	0.0551
Borba	0.0549
Chamusca	0.0547
Miranda do Corvo	0.0547
Vila Franca do Campo	0.0537
V. Pouca de Aguiar	0.0536
São Brás de Alportel	0.0533
Murtosa	0.0532
Trancoso	0.0524
Alpiarça	0.0517
Sátão	0.0513
Vieira do Minho	0.0512
Nisa	0.0507
Melgaço	0.0506
Almeida	0.0504
Ferreira do Alentejo	0.0502
Mortágua	0.0494
Celorico de Basto	0.0494
Vouzela	0.0482
Sobral de Monte Agraço	0.0482

Concelhos	Per. de Poder de Compra
Oliveira de Frades	0.0480
Ribeira Brava	0.0478
Redondo	0.0477
Carregal do Sal	0.0476
Torre de Moncorvo	0.0472
Mogadouro	0.0457
Proença-a-Nova	0.0454
Montalegre	0.0447
Moimenta da Beira	0.0441
Óbidos	0.0438
Idanha-a-Nova	0.0423
Miranda do Douro	0.0416
Alvaiázere	0.0415
V. Nova de Poiares	0.0403
Vinhais	0.0402
Castro Verde	0.0401
V. Nova de Cerveira	0.0401
Belmonte	0.0396
V. Nova da Barquinha	0.0394
Mação	0.0392
Celorico da Beira	0.0390
Golegã	0.0388
Ferreira do Zêzere	0.0374
Resende	0.0367
Mértola	0.0358
Arraiolos	0.0344
Figueiró dos Vinho	0.0334
Fig. de Castelo Rodrigo	0.0333
Penalva de Castelo	0.0326
Almodovar	0.0316
V. Nova de Foz Côa	0.0316
St. Marta de Penaguião	0.0315
Carraceda de Ansiães	0.0308
Vila do Porto	0.0305
Mondique	0.0295
Mora	0.0292
Tarouca	0.0290
Madalena	0.0290
Vimioso	0.0289

Concelhos	Per. de Poder de Compra
Oleiros	0.0284
Murça	0.0283
Paredes de Coura	0.0281
Mondim de Basto	0.0278
Velas	0.0276
Sousel	0.0269
S. João da Pesqueira	0.0269
Vidigueira	0.0268
Vila Flor	0.0267
Viana do Alentejo	0.0266
Alandroal	0.0264
Armamar	0.0262
Penamacor	0.0258
Fornos de Algodres	0.0257
Santana	0.0256
Meda	0.0251
Pampilhosa da Serra	0.0244
Ponta do Sol	0.0243
Calheta/Madeira	0.0242
Vila Nova de Paiva	0.0240
Alfândega da Fé	0.0238
Calheta/Açores	0.0238
Lajes do pico	0.0238
Portel	0.0237
Ourique	0.0236
Povoação	0.0235
Avis	0.0235
Castelo de Vide	0.0232
Castro Marim	0.0230
Terras do Bouro	0.0229
Tabuaço	0.0227
Aguar da Beira	0.0226
Porto Santo	0.0224
Constância	0.0219
Boticas	0.0218
Penela	0.0216
Ribeira de Fena	0.0213
Cuba	0.0212
V. Velha de Rodao	0.0210

Concelhos	Per. de Poder de Compra
São Vicente	0.0210
Crato	0.0204
Góis	0.0202
Freixo de Espada à Cinta	0.0199
Santa Cruz da Graciosa	0.0199
Pedrogão Grande	0.0198
Alter do Chão	0.0196
Sardoal	0.0192
Aljezur	0.0187
Sernancelhe	0.0185
Castanheira de Pêra	0.0179
Gavião	0.0178
Vila do Bispo	0.0178
Sabrosa	0.0168
Mesão Frio	0.0166
Fronteira	0.0164
Manteigas	0.0163
Nordeste	0.0159
Marvão	0.0157
Arronches	0.0150
S. Roque do Pico	0.0149
Monforte	0.0140
Vila de Rei	0.0135
Penedono	0.0134
Santa Cruz das Flores	0.0134
Mourão	0.0123
Alcoutim	0.0120
Porto Moniz	0.0083
Alvito	0.0073
Barrancos	0.0068
Lajes das Flores	0.0057
Corvo	0.0014

FACTOR DINAMISMO RELATIVO

INTRODUÇÃO

Factor Dinamismo Relativo

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência, em termos de dinâmica comercial e habitacional, que subsiste depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos (e regiões) do País. Neste Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio II procurou-se, através de uma selecção mais criteriosa das variáveis de base que mais estreitamente se associam ao FDR, reforçar o papel deste indicador como representativo do fenómeno turístico e sua incidência sobre o poder de compra concelhio. Significa isto que o FDR mede sobretudo o poder de compra manifestado nos concelhos (e regiões) derivado dos fluxos populacionais de raiz turística, que frequentemente assumem uma mera natureza sazonal. O indicador FDR, como pode ser constatado à frente, toma os seus valores mais baixos essencialmente nos grandes centros urbanos, onde a afluência turística, ainda que existente, se dilui na massa de poder de compra mais significativa manifestada pelos residentes, ou pelos que diariamente demandam estes concelhos. A posição de Lisboa e Porto, na cauda da ordenação concelhia pelo FDR, mostra que este indicador não é sensível aos movimentos pendulares da população que se registam nestas duas grandes urbes. O efeito destes fluxos é antes reflectido no IpC, restando ao FDR a tarefa de representar os movimentos mais irregulares, com reflexo no poder de compra, e que como já se referiu se associam fundamentalmente à capacidade de atracção turística de alguns concelhos. Sublinhe-se que a nulidade do coeficiente de correlação entre os indicadores IpC e FDR, imposta pela metodologia de construção destes indicadores, deverá ter contribuído

igualmente para o posicionamento de Lisboa e Porto, e outros centros urbanos de elevado poder de compra *per capita*, no fundo da tabela que ordena os concelhos pelo FDR.

Esta parte propõe-se mostrar e analisar a distribuição espacial do FDR por regiões NUTS II, NUTS III e concelhos. Inclui, para além desta introdução, um conjunto de mapas ilustrativos daquela distribuição, e a tabela que ordena os diferentes concelhos e regiões pelo indicador em análise. Na falta de uma unidade de medida adequada, em que se exprimisse o FDR, optou-se pela sua apresentação como variável estandarizada, sendo o 0 a média aritmética simples dos diferentes concelhos, e a unidade de medida o desvio-padrão da distribuição. O valor do FDR para o País, que corresponde à média ponderada dos 305 concelhos pelos seus pesos populacionais, é de -0.2857.

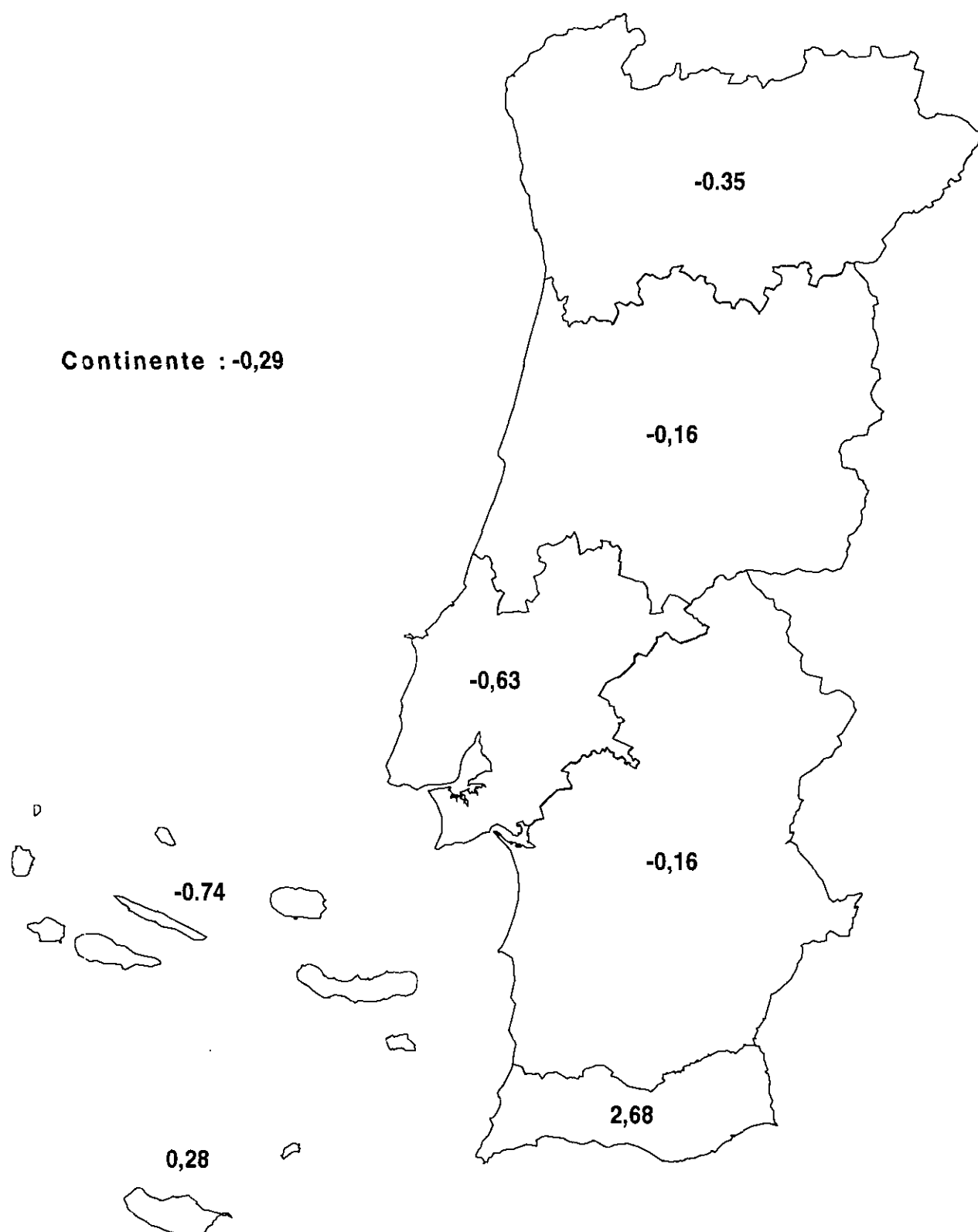
Em termos de NUTS II, o valor mais elevado do FDR registou-se no Algarve, região em que este indicador mais que duplicou o desvio-padrão da sua distribuição, atingindo um *score* de 2.68. Também a Região Autónoma da Madeira acusou um valor elevado, segundo este indicador, que se cifrou em 0.28. Todas as outras regiões NUTS II possuem valores negativos no seu FDR, com destaque para Lisboa e Vale do Tejo (-0.63) e para os Açores (-0.74). No que respeita às regiões NUTS III importa sublinhar o segundo lugar, após o Algarve, em que se posicionou o Alentejo Litoral, que com um FDR de 0.31, ultrapassou o registo da Região Autónoma da

Madeira. Na cauda da tabela quedou-se a Grande Lisboa, região em que o FDR assumiu o valor -0.99.

A análise do FDR por concelhos reflecte, de forma particularmente elucidativa, a interpretação emprestada a este indicador. Os valores mais elevados do FDR encontram-se em três concelhos fortemente dominados pelo fenómeno turístico: Albufeira (em que o valor do FDR excede 12 vezes o desvio-padrão da distribuição) e Lagoa/Algarve e Loulé (com FDR superiores a 4 vezes o desvio-padrão). Mas no topo do ordenamento dos concelhos por este indicador encontram-se a maioria dos outros concelhos algarvios; mais precisamente dos 16 concelhos do Algarve, 13 situam-se nos 20 primeiros lugares do *ranking* do FDR, só ficando de fora desta posição cimeira Faro, Olhão e Alcoutim. Em posição de destaque nesta ordenação do FDR encontram-se igualmente outros concelhos não algarvios, mas de forte apetência turística: Caminha, Grândola, Sesimbra, Cascais e Batalha são os 5 concelhos, não situados no Algarve, que têm lugar entre os 17 municípios com FDR superior a 1. No intervalo 0.5 a 1, para além de Monchique, o único concelho do Algarve que embora situando-se nos 20 primeiros lugares do FDR não atinge o score 1, podemos ainda encontrar pólos de atracção turística como a Nazaré, Porto Santo, V. N. Cerveira, Mealhada, Santa Cruz, Óbidos, Mira, Funchal, Castelo de Vide e Mafra. No outro extremo da lista, e com um FDR inferior a -1, encontram-se para além de Lisboa e Porto que ocupam os 2 últimos lugares, as cidades de S. João da Madeira, Ponta Delgada e Barreiro, e o município açoreano da Calheta.

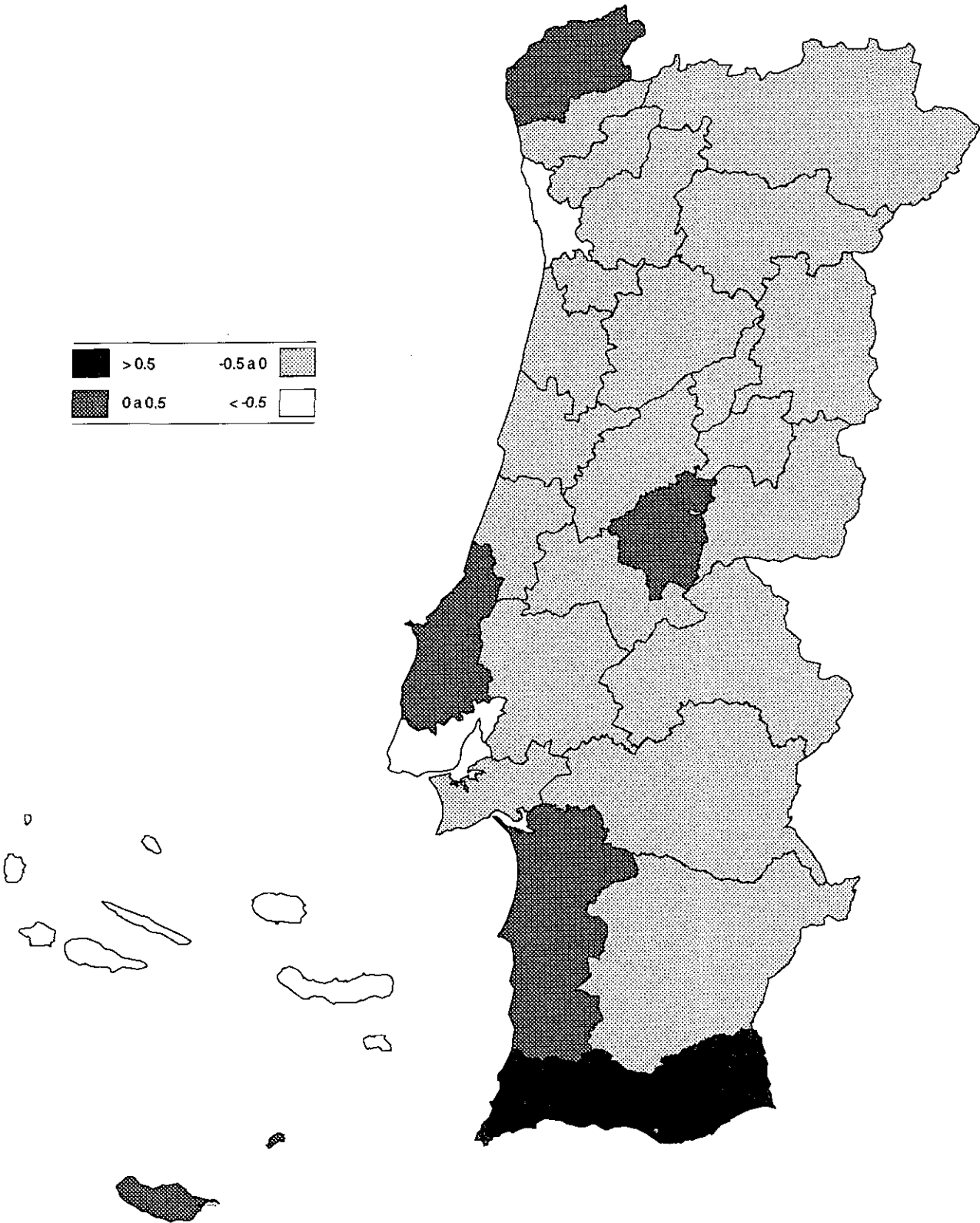
PAÍS POR NUTS II

Factor Dinamismo Relativo



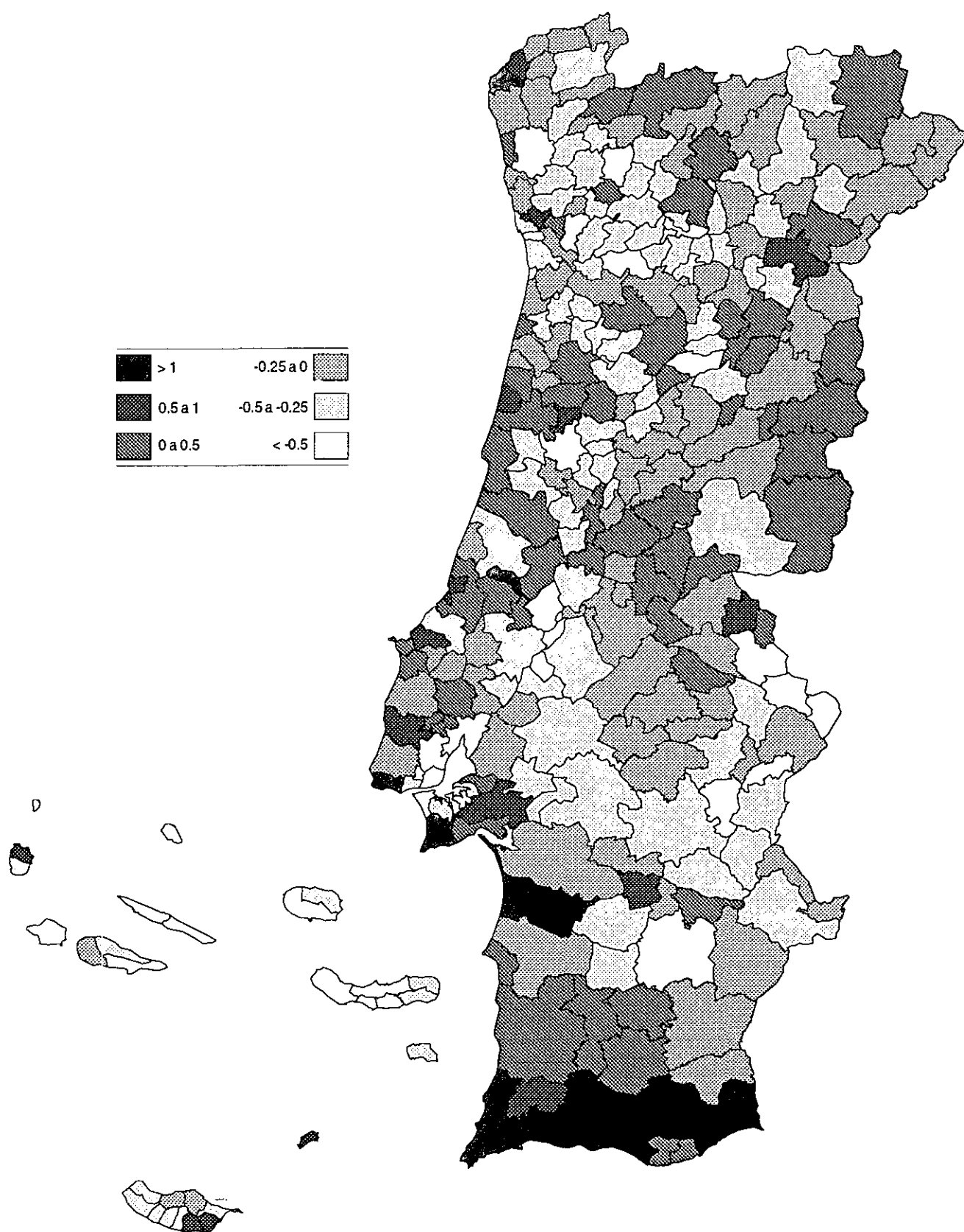
PAÍS POR NUTS III

Factor Dinamismo Relativo



PAÍS POR CONCELHOS

Factor Dinamismo Relativo



Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Albufeira	12.3685
Lagoa/Algarve	4.6852
Loulé	4.1290
Portimão	3.8746
Vila do Bispo	3.1467
Lagos	2.9060
Algarve	2.6843
V. Real de St. António	2.4350
Aljezur	2.0905
Castro Marim	2.0720
Caminha	1.8185
Grândola	1.5398
Tavira	1.2378
São Brás de Alportel	1.1922
Sesimbra	1.1739
Silves	1.1539
Cascais	1.1425
Batalha	1.1231
Alvito	0.9769
Monchique	0.9026
Nazaré	0.8445
Porto Santo	0.8318
V. Nova de Cerveira	0.7207
Mealhada	0.7142
V. Nova de Foz Côa	0.7131
Santa Cruz	0.6288
Óbidos	0.6017
Maia	0.5971
Mira	0.5938
Funchal	0.5838
Santa Cruz das Flores	0.5388
Castelo de Vide	0.5349
Mafra	0.5306
Palmela	0.5212
Aguiar da Beira	0.4793
Calheta/Madeira	0.4309
Porto Moniz	0.4246
Esposende	0.3984
Odemira	0.3771
Almodovar	0.3745
Castro Verde	0.3744
Torre de Moncorvo	0.3610
Felgueiras	0.3527

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Terras do Bouro	0.3521
Vila Nova de Ourém	0.3502
Alcanena	0.3492
Celorico da Beira	0.3173
Sines	0.3122
Alentejo Litoral	0.3111
Reg. Aut. da Madeira	0.2795
Sertão	0.2732
Vagos	0.2557
Almeida	0.2511
Idanha-a-Nova	0.2472
Arruda dos Vinhos	0.2422
Alcochete	0.2381
Sobral de Monte Agraço	0.2372
Bragança	0.2369
Alcobaça	0.2250
Ferreira do Zêzere	0.2185
Mortágua	0.2147
Nelas	0.1853
Peniche	0.1733
Pombal	0.1663
Marvão	0.1638
Manteigas	0.1629
Trancoso	0.1625
Sabugal	0.1378
Pinhal Interior Sul	0.1306
Mação	0.1153
Oeste	0.1131
Anadia	0.1083
V. Pouca de Aguiar	0.1080
Montalegre	0.0947
Ribeira Brava	0.0941
Belmonte	0.0851
Alter do Chão	0.0756
Vila Real	0.0719
Vidigueira	0.0688
Alenquer	0.0686
Setúbal	0.0683
São Pedro do Sul	0.0677
Proença-a-Nova	0.0654
Ourique	0.0638
Valongo	0.0599
Figueiró dos Vinhos	0.0595

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Gavião	0.0531
Murtosa	0.0531
Porto de Mós	0.0482
Faro	0.0475
Cantanhede	0.0421
Oleiros	0.0402
Penamacor	0.0373
V. Velha de Rodao	0.0312
Viseu	0.0273
Lourinhã	0.0239
Minho-Lima	0.0200
Figueira da Foz	0.0147
Fornos de Algodres	0.0109
Olhão	0.0095
Machico	0.0061
Águeda	0.0030
S. Roque do Pico	0.0023
Valpaços	-0.0075
Beira Interior Norte	-0.0135
Sernancelhe	-0.0138
Ponte de Sor	-0.0147
Fronteira	-0.0155
Valença	-0.0172
Azambuja	-0.0177
Pampilhosa da Serra	-0.0181
Crato	-0.0237
Pedrogão Grande	-0.0260
Póvoa Varzim	-0.0274
Mora	-0.0400
Mourão	-0.0445
Condeixa-a-Nova	-0.0493
Benavente	-0.0539
Fundão	-0.0551
Sousel	-0.0562
Sintra	-0.0563
Amares	-0.0609
Ribeira de Pena	-0.0625
Paredes de Coura	-0.0643
Monção	-0.0648
Miranda do Douro	-0.0652
Moimenta da Beira	-0.0653
Cuba	-0.0660
Bombarral	-0.0672

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Constância	-0.0689
Baixo Vouga	-0.0702
Feira	-0.0702
Ílhavo	-0.0713
Vila do Conde	-0.0717
Ponte da Barca	-0.0718
Serpa	-0.0731
Santiago do Cacém	-0.0779
Alto Trás-os-Montes	-0.0802
Cova da Beira	-0.0983
São Vicente	-0.0985
Cadaval	-0.0986
Alcácer do Sal	-0.0993
Viana Castelo	-0.1007
S. João da Pesqueira	-0.1076
Arraiolos	-0.1095
Santa Comba Dão	-0.1102
Arganil	-0.1123
Melgaço	-0.1137
Madalena	-0.1152
Sardoal	-0.1162
Médio Tejo	-0.1173
Mértola	-0.1219
Abrantes	-0.1280
Guarda	-0.1336
Pinhal Litoral	-0.1364
Aveiro	-0.1467
Dão-Lafões	-0.1476
Borba	-0.1484
Covilhã	-0.1496
Mogadouro	-0.1503
Alcoutim	-0.1528
V. Nova da Barquinha	-0.1548
Vila de Rei	-0.1552
Região Centro	-0.1557
Vila Flor	-0.1566
Alijó	-0.1594
Oliveira do Bairro	-0.1632
Douro	-0.1635
Alentejo	-0.1649
Chaves	-0.1655
Vimioso	-0.1657
Barrancos	-0.1670

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Macedo de Cavaleiros	-0.1681
Pinhel	-0.1725
Salvaterra de Magos	-0.1788
Marinha Grande	-0.1798
Avis	-0.1802
Torres Vedras	-0.1808
Boticas	-0.1897
Beira Interior Sul	-0.1922
Oliveira do Hospital	-0.1944
Seia	-0.1949
Fig. de Castelo Rodrigo	-0.1962
Viana do Alentejo	-0.1971
Nisa	-0.1981
Ovar	-0.1984
Penela	-0.2009
Baixo Alentejo	-0.2054
Elvas	-0.2056
Paços de Ferreira	-0.2114
Rio Maior	-0.2126
Albergaria-a-Velha	-0.2191
Gondomar	-0.2257
Góis	-0.2265
Vieira do Minho	-0.2307
Ponte de Lima	-0.2347
Castro Daire	-0.2357
Freixo de Espada à Cinta	-0.2379
Pinhal Interior Norte	-0.2387
Vila Nova de Paiva	-0.2450
Santana	-0.2459
Alto Alentejo	-0.2477
Arouca	-0.2497
Serra da Estrela	-0.2554
Carregal do Sal	-0.2557
Sever Vouga	-0.2568
Monforte	-0.2582
V. Nova de Gaia	-0.2590
Lezíria do Tejo	-0.2624
Caldas da Rainha	-0.2637
Santo Tirso	-0.2655
Alfândega da Fé	-0.2667
Cabeceiras de Basto	-0.2691
Murça	-0.2715
Entre Douro e Vouga	-0.2741

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Ansião	-0.2757
Penedono	-0.2812
Portel	-0.2838
Portugal	-0.2857
Continente	-0.2896
Vinhais	-0.2911
Santarém	-0.2930
Almeirim	-0.2950
Lousada	-0.2980
Mirandela	-0.3002
Tabuaço	-0.3021
Cávado	-0.3038
Alandroal	-0.3064
Península de Setúbal	-0.3069
Arcos de Valdevez	-0.3080
Tomar	-0.3100
Matosinhos	-0.3151
Baixo Mondego	-0.3174
Vila Verde	-0.3179
Tábua	-0.3221
Vila do Porto	-0.3271
Coruche	-0.3273
Miranda do Corvo	-0.3282
Lousã	-0.3339
Sabrosa	-0.3354
Soure	-0.3380
Estremoz	-0.3381
Carrazeda de Ansiães	-0.3388
Tâmega	-0.3392
Alentejo Central	-0.3406
Montemor-o-Novo	-0.3412
Penacova	-0.3422
St. Marta de Penaguião	-0.3432
Oeiras	-0.3454
Resende	-0.3457
Região Norte	-0.3489
Castelo Branco	-0.3505
Seixal	-0.3519
Cartaxo	-0.3547
Oliveira de Azeméis	-0.3548
Lamego	-0.3558
Braga	-0.3562
Tondela	-0.3611

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Castelo de Paiva	-0.3640
Chamusca	-0.3665
Évora	-0.3673
V. Nova de Poiares	-0.3706
Povoação	-0.3709
Meda	-0.3712
Mesão Frio	-0.3716
Castanheira de Pera	-0.3773
Mondim de Basto	-0.3776
Sátão	-0.3803
Montemor-o-Velho	-0.3897
Celorico de Basto	-0.3938
Ferreira do Alentejo	-0.3944
Espinho	-0.3968
Ave	-0.4007
Vale de Cambra	-0.4034
Póvoa do Lanhoso	-0.4041
Reguengos de Monsaraz	-0.4058
Lajes das Flores	-0.4210
Vila Praia da Vitória	-0.4213
Entroncamento	-0.4288
Guimarães	-0.4334
Moita	-0.4394
Vendas Novas	-0.4417
Moura	-0.4423
Penafiel	-0.4429
Ponta do Sol	-0.4456
Marco de Canaveses	-0.4488
V. Nova de Famalicão	-0.4541
Armamar	-0.4578
Gouveia	-0.4578
Tarouca	-0.4641
Aljustrel	-0.4672
Estarreja	-0.4739
Leiria	-0.4757
Penalva de Castelo	-0.4759
Baião	-0.4769
Vouzela	-0.4791
Amarante	-0.4791
Alvaiázere	-0.4835
Nordeste	-0.4881
Montijo	-0.4964
Oliveira de Frades	-0.4976

Concelhos	Factor Dinamismo Relativo
Câmara de Lobos	-0.5071
Fafe	-0.5086
Barcelos	-0.5099
Velas	-0.5143
Beja	-0.5160
Arronches	-0.5176
Mangualde	-0.5233
Golegã	-0.5267
Grande Porto	-0.5302
Peso da Régua	-0.5351
Vila Viçosa	-0.5368
Cinfães	-0.5518
Torres Novas	-0.5548
Corvo	-0.5574
Paredes	-0.5662
Alpiarça	-0.5702
Almada	-0.5827
Santa Cruz da Graciosa	-0.6092
Portalegre	-0.6227
Lisboa e Vale do Tejo	-0.6262
Loures	-0.6280
Angra do Heroísmo	-0.6468
Coimbra	-0.6527
Lajes do pico	-0.6559
Redondo	-0.6685
V. Franca Xira	-0.7034
Lagoa/Açores	-0.7048
Reg. Aut. Açores	-0.7375
Horta	-0.7508
Ribeira Grande	-0.7998
Amadora	-0.8023
Campo Maior	-0.8431
Vila Franca do Campo	-0.9125
Grande Lisboa	-0.9934
Barreiro	-1.0165
Ponta Delgada	-1.1151
São Joao Madeira	-1.1637
Calheta/Açores	-1.1669
Porto	-1.7645
Lisboa	-2.3869

UMA BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS ESTUDOS SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO JÁ PUBLICADOS

Assinalou-se já, na Nota Metodológica que antecede este Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio II, que a metodologia que preside à construção dos indicadores aqui apresentados, é particularmente adequada ao confronto espacial do poder de compra manifestado nos diferentes concelhos, no mesmo momento de tempo, mas ajusta-se de forma menos eficiente a comparações temporais do poder de compra. Como então se referiu, dois valores distintos assumidos por um mesmo indicador nas duas versões do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- De o conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente em ambas as versões do Estudo
- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em ambas
- Da alteração do sistema de medida do IpC, embora este efeito se estime mínimo, dado que o coeficiente de variação do índice foi meramente incrementado de 0.55 para 0.56.

Sublinhe-se, em primeiro lugar, que mesmo não tendo em conta os factores supra-mencionados que perturbam a leitura das variações temporais, um aumento de poder de compra não se traduz necessariamente numa variação

positiva dos indicadores, e sobretudo uma diminuição de um qualquer dos indicadores não pode ser assimilada a uma perda de poder de compra. Este facto resulta de:

- No caso do IpC, de se ter tomado o valor 100 para o agregado País, em ambas as versões do Estudo, logo se ter menosprezado a variação temporal do poder de compra *per capita* nacional. Uma variação do IpC, num dado concelho, significa pois somente que o poder de compra *per capita* cresceu nesse concelho a um ritmo diferente que a média do país, para mais ou para menos consoante o sinal daquela variação. Em qualquer caso, uma aproximação ao valor 100 denota uma convergência para a média nacional, e um afastamento uma maior distância relativamente a esta média
- No caso da PPC, de o total 100 representar também o poder de compra nacional em ambas as versões do Estudo. Um aumento da PPC significa um ganho de quota de poder de compra no todo nacional, e ao invés uma diminuição uma perda dessa quota, que não equivale contudo necessariamente a uma diminuição do valor global de poder de compra
- No caso do FDR de o valor de referência 0 coincidir, nas duas versões do Estudo, com a média aritmética simples dos 305 concelhos, pelo que aumentos ou diminuições do FDR são também meras aproximações ou afastamentos àquele valor de referência.

Os Quadros 1 a 6 que se anexam representam os 10

concelhos que registaram maiores variações, positivas ou negativas, em cada um dos 3 indicadores oferecidos por este Estudo.

Um primeiro facto que não passa despercebido é que 3 dos 10 concelhos que registaram maiores incrementos no IpC, constam também da lista dos 10 concelhos com maiores perdas segundo o FDR (Castelo de Vide, Calheta/Açores e Oeiras). Ao mesmo tempo, 4 dos 10 concelhos com maiores ganhos em termos de FDR, estão entre os que maiores diminuições verificaram no IpC (Batalha, Portimão, Caminha e Vila do Porto). Este fenómeno resulta de o modelo utilizado na construção dos indicadores, defrontado com variáveis de base não coincidentes, ter interpretado de forma diferente nas duas versões do Estudo, se o poder de compra manifestado emanava da própria população residente ou quotidianamente presente, ou se se associava antes à natureza turística do concelho. Isto é, numa das versões o modelo optou por um IpC relativamente mais elevado, e por um FDR mais modesto, na outra decidiu o contrário.

Esta diferente afectação do modelo do poder de compra, num caso ao IpC noutro ao FDR, aconteceu mesmo de forma mais vasta, noutros municípios que não só nos 7 já mencionados. Por exemplo, o próprio caso de Sesimbra, o município que mais pontos perdeu no seu IpC, pode também ser explicado por um salto no FDR de 0,66 na anterior versão, para 1.17 no presente Estudo. O mesmo fenómeno, embora em menor escala, ter-se-à verificado no Funchal, cujo IpC quebrou de 103.6 para 97.3, e em vários outros municípios madeirenses. Tal explica, como já se assinalou noutro lugar, que a Região Autónoma da Madeira apareça neste Estudo com um IpC relativamente diminuto, claramente inferior ao que tinha sido proposto na anterior versão.

Um segundo aspecto que importa sublinhar é a presença de vários concelhos algarvios entre os que registaram maior perda na PPC: três somente entre os 10 do Quadro nº 4, mas alguns mais se analisássemos não somente as 10 maiores perdas de quota de poder de compra, mas alargássemos este estudo às 20 ou 30 maiores diminuições. Registe-se, mesmo, a inclusão no Quadro nº 4 de Albufeira, que registou um incremento no IpC. Este mau desempenho de vários dos seus concelhos traduziu-se numa perda da quota global do Algarve de 4.1% para 3.5% do poder de compra nacional. Na realidade, esta evolução da PPC na maioria dos concelhos algarvios resulta, pelo menos parcialmente, de a primeira versão do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio ter trabalhado com a população presente nos concelhos, conceito que não é disponibilizado pelas estimativas intercensitárias. Em consequência, o presente Estudo utilizou o conceito de população residente, que no Algarve (e especialmente em Albufeira) é consideravelmente menor que a população presente. Mas, e ainda assim, constam também 4 concelhos do Algarve na lista das 10 maiores diminuições do IpC (Lagoa, Portimão, Vila do Bispo e Loulé), pelo que a mencionada alteração no conceito de população retido, não é a única responsável pela quebra da posição relativa do Algarve no poder de compra nacional.

Os exemplos que temos vindo a apresentar, de múltiplos casos em que variações importantes dos indicadores fornecidos pelo Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio derivam de razões técnicas, e não podem ser imputadas a verdadeiras alterações no poder de compra, são elucidativos de quão difícil é a análise da variação temporal dos índices. Compreende-se, pois, que neste capítulo, as conclusões propostas sejam escassas e prudentes.

Ainda assim, crê-se poder dizer com segurança que:

- Os concelhos de Lisboa e Porto aumentaram a sua distância, em relação à média do País, em termos de poder de compra *per capita* (IpC), reforçando consequentemente a sua quota no poder de compra nacional, medida pela PPC; apesar destes dois concelhos continuarem a ocupar os dois últimos lugares na listagem do FDR, o valor deste indicador aumentou igualmente em ambos os concelhos.

- Os concelhos limítrofes de Lisboa, especialmente os da margem sul, aumentaram também os seus registos segundo o IpC, o que conduziu a um incremento das suas PPC. A mesma tendência não foi observada na região sub-urbana do Porto; os indicadores IpC e PPC aumentaram para a NUT III Grande Porto, mas este movimento é quase exclusivamente explicado pelo impulso prestado pelo próprio concelho do Porto.

- Vários concelhos industriais da Região Norte, sobretudo localizados no Vale do Ave e na NUT III do Tâmega, que na primeira versão do Estudo sobre o Poder de Compra, Concelho apresentaram valores surpreendentemente baixos no IpC, aumentaram agora os seus registos segundo este indicador. Contudo a sua posição neste *ranking* permanece modesta, o que de algum modo pode ser explicado pelo seu dinamismo demográfico, a que se associa uma população mais jovem e uma maior dimensão média dos agregados familiares. Ainda assim, alguns destes concelhos deram saltos importantes sobretudo na sua quota do poder de compra total, medida pela PPC (Barcelos, Vila do Conde, Penafiel, Amarante, V. N. Famalicão). É certo que estes aumentos do IpC e da PPC são contrabalançados geralmente por diminuições do FDR, mas esta reinterpretação proposta pelo modelo justifica-se por uma mais estreita associação do indicador FDR ao fenómeno turístico, e um menor relevo na sua

própria construção atribuído ao dinamismo demográfico.

Quadro nº 1

Dez maiores variações positivas do IpC

CONCELHOS	VARIAÇÕES
Porto	30.07
Lisboa	23.10
Castelo Vide	18.69
Barreiro	17.41
Entroncamento	15.32
Constância	15.20
Calheta / Açores	14.15
Odemira	13.75
Vila Real	13.33
Oeiras	13.23

Quadro nº 2

Dez maiores variações negativas do IpC

CONCELHOS	VARIAÇÕES
Sesimbra	-28.51
Sousel	-26.05
Loulé	-23.64
Vila do Porto	-23.02
Caminha	-22.14
Vila Bispo	-20.47
Batalha	-19.90
Portimão	-19.81
Lagoa / Algarve	-18.59
Santa Cruz	-17.80

Quadro nº 3

Dez maiores variações positivas do PPC

CONCELHOS	VARIAÇÕES
Porto	0.51
Sintra	0.33
Oeiras	0.20
Seixal	0.17
Almada	0.15
Barreiro	0.14
V. Franca de Xira	0.10
Barcelos	0.07
Vila Real	0.06
Leiria	0.06

Quadro nº 5

Dez maiores variações positivas do FDR

CONCELHOS	VARIAÇÕES
Batalha	1.39
Portimão	1.34
Caminha	1.23
Alvito	0.97
Setúbal	0.96
V. Real St. António	0.89
Lisboa	0.86
Vila do Porto	0.84
Sines	0.81
Torre Moncorvo	0.80

Quadro nº 4

Dez maiores variações negativas do PPC

CONCELHOS	VARIAÇÕES
Amadora	-0.20
V. Nova Gaia	-0.19
Funchal	-0.18
Loulé	-0.16
Cascais	-0.15
Portimão	-0.15
Maia	-0.10
Albufeira	-0.09
Sesimbra	-0.07
Alcobaça	-0.07

Quadro nº 6

Dez maiores variações negativas do FDR

CONCELHOS	VARIAÇÕES
Loulé	-1.93
Castelo Vide	-1.57
Castro Marim	-1.39
Campo Maior	-1.35
Mesão Frio	-1.00
Calheta / Açores	-0.97
Castro Verde	-0.89
Oeiras	-0.86
Barcelos	-0.73
Grândola	-0.72

Lista dos Concelhos

REGIÃO NORTE

Minho Lima

- 1 Arcos de Valdevez
- 2 Caminha
- 3 Melgaço
- 4 Monção
- 5 Paredes de Coura
- 6 Ponte da Barca
- 7 Ponte de Lima
- 8 Valença
- 9 Viana do Castelo
- 10 V. Nova de Cerveira

Cávado

- 11 Amaral
- 12 Barcelos
- 13 Braga
- 14 Esposende
- 15 Terras de Bouro
- 16 Vila Verde

Ave

- 17 Fafe
- 18 Guimarães
- 19 Póvoa de Lanhoso
- 20 Santo Tirso
- 21 Vieira do Minho
- 22 V. Nova de Famalicão

Grande Porto

- 23 Espinho
- 24 Gondomar
- 25 Maia
- 26 Matosinhos
- 27 Porto
- 28 Póvoa de Varzim
- 29 Valongo
- 30 Vila do Conde
- 31 Vila Nova de Gaia

Trofa

- 32 Amarante
- 33 Baião
- 34 Cabeceiras de Basto
- 35 Castelo de Paiva
- 36 Celorico de Basto
- 37 Cinfães
- 38 Felgueiras
- 39 Lousada
- 40 Marco de Canaveses
- 41 Mondim de Basto
- 42 Paços de Ferreira
- 43 Paredes
- 44 Penafiel
- 45 Resende
- 46 Ribeira de Pena

Entre Douro e Vouga

- 47 Arouca
- 48 Feira
- 49 Oliveira de Azeméis
- 50 São João da Madeira
- 51 Vale de Cambra

Douro

- 52 Alijó
- 53 Armamar
- 54 Carraceda de Ansiães
- 55 Freixo Espada À Cinta
- 56 Lamego
- 57 Mesão Frio
- 58 Moimenta da Beira
- 59 Penedono
- 60 Peso da Régua
- 61 Sabrosa
- 62 Sta. Marta de Penaguião
- 63 São João da Pesqueira
- 64 Semançelhe
- 65 Tabuaço
- 66 Tarouca
- 67 Torre de Moncorvo
- 68 Vila Flor
- 69 Vila Nova de Foz Côa
- 70 Vila Real

Alto Trás-os-Montes

- 71 Alfândega da Fé
- 72 Botiças
- 73 Bragança
- 74 Chaves
- 75 Macedo de Cavaleiros
- 76 Miranda do Douro
- 77 Mirandela
- 78 Mogadouro
- 79 Montalegre
- 80 Murça
- 81 Valpaços
- 82 Vila Pouca de Aguiar
- 83 Vimioso
- 84 Vinhais

REGIÃO CENTRO

Beixo Vouga

- 85 Águeda
- 86 Albergaria-a-Velha
- 87 Anadia
- 88 Aveiro
- 89 Estarreja
- 90 Ílhavo
- 91 Mealhada
- 92 Murtosa
- 93 Oliveira do Bairro
- 94 Ovar
- 95 Sever do Vouga
- 96 Vagos

Beixo Mondego

- 97 Cantanhede
- 98 Coimbra
- 99 Condeixa-a-Nova
- 100 Figueira da Foz
- 101 Mira
- 102 Montemor-o-Velho

103 Penacova

104 Soure

Pinhal Litoral

- 105 Batalha
- 106 Leiria
- 107 Marinha Grande
- 108 Pombal
- 109 Porto de Mós

Pinhal Interior Norte

- 110 Alvaiázere
- 111 Ansião
- 112 Arganil
- 113 Castanheira de Pera
- 114 Figueiró dos Vinhos
- 115 Góis
- 116 Lousã
- 117 Miranda do Corvo
- 118 Oliveira do Hospital
- 119 Pampilhosa da Serra
- 120 Pedrógão Grande
- 121 Penela
- 122 Tábua
- 123 Vila Nova de Poiares

Pinhal Interior Sul

- 124 Mação
- 125 Oleiros
- 126 Proença-a-Nova
- 127 Sertão
- 128 Vila de Rei

Dão Lafões

- 129 Aguiar da Beira
- 130 Carregal do Sal
- 131 Castro Daire
- 132 Mangualde
- 133 Mortágua
- 134 Nelas
- 135 Oliveira de Frades
- 136 Penalva do Castelo
- 137 Santa Comba Dão
- 138 São Pedro do Sul
- 139 Sátão
- 140 Tondela
- 141 Vila Nova de Paiva
- 142 Viseu
- 143 Vouzela

Serra da Estrela

- 144 Fornos de Algodres
- 145 Gouveia
- 146 Seia

Beira Interior Norte

- 147 Almeida
- 148 Celorico da Beira
- 149 Figueira de Castelo Rodrigo
- 150 Guarda

Beira Interior Sul

- 151 Manteigas
- 152 Mêda
- 153 Pinhel
- 154 Sabugal
- 155 Trancoso
- 156 Castelo Branco
- 157 Idanha-a-Nova
- 158 Penamacor
- 159 Vila Velha de Ródão

Cova da Beira

- 160 Belmonte
- 161 Covilhã
- 162 Fundão

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Oeste

- 163 Alcobça
- 164 Alenquer
- 165 Arruda dos Vinhos
- 166 Bombarral
- 167 Cadaval
- 168 Caldas da Rainha
- 169 Louinhã
- 170 Mafra
- 171 Nazaré
- 172 Óbidos
- 173 Peniche
- 174 Sobral Monte Agraço
- 175 Torres Vedras

Grande Lisboa

- 176 Amadora
- 177 Cascais
- 178 Lisboa
- 179 Loures
- 180 Oeiras
- 181 Sintra
- 182 Vila Franca de Xira

Península da Setúbal

- 183 Alcochete
- 184 Almada
- 185 Barreiro
- 186 Moita
- 187 Montijo
- 188 Palmela
- 189 Setúbal
- 190 Sesimbra
- 191 Setúbal

Médio Tejo

- 192 Abrantes
- 193 Alcanena
- 194 Constância
- 195 Entroncamento
- 196 Ferreira do Zêzere
- 197 Gavião
- 198 Sardoal
- 199 Tomar
- 200 Torres Novas
- 201 V. Nova da Barquinha
- 202 Vila Nova de Ourém

Luzia do Tejo

- 203 Almeirim
- 204 Alpiarça
- 205 Azambuja
- 206 Benavente
- 207 Cartaxo
- 208 Chamusca
- 209 Coruche
- 210 Golegã
- 211 Rio Maior
- 212 Salvaterra de Magos
- 213 Santarém

REGIÃO DO ALENTEJO

Alentejo Litoral

- 214 Alcácer do Sal
- 215 Grândola
- 216 Odemira
- 217 Santiago do Cacém
- 218 Sines

Alto Alentejo

- 219 Alter do Chão
- 220 Arronches
- 221 Avis
- 222 Campo Maior
- 223 Castelo de Vide
- 224 Crato
- 225 Elvas
- 226 Fronteira
- 227 Marvão
- 228 Montforte
- 229 Mora
- 230 Nisa
- 231 Ponte de Sôr
- 232 Portalegre

Alentejo Central

- 233 Alandroal
- 234 Arraiolos
- 235 Borba
- 236 Estremoz
- 237 Évora
- 238 Montemor-o-Novo
- 239 Mourão
- 240 Portel
- 241 Redondo
- 242 Reguengos de Monsaraz
- 243 Sourel
- 244 Vendas Novas
- 245 Viana do Alentejo
- 246 Vila Viçosa

Beixo Alentejo

- 247 Aljustrel
- 248 Almodôvar
- 249 Alvão
- 250 Barrancos
- 251 Beja
- 252 Castro Verde
- 253 Cuba
- 254 Ferreira do Alentejo
- 255 Mértola
- 256 Moura
- 257 Ourique
- 258 Seta
- 259 Vidigueira

REGIÃO DO ALGARVE

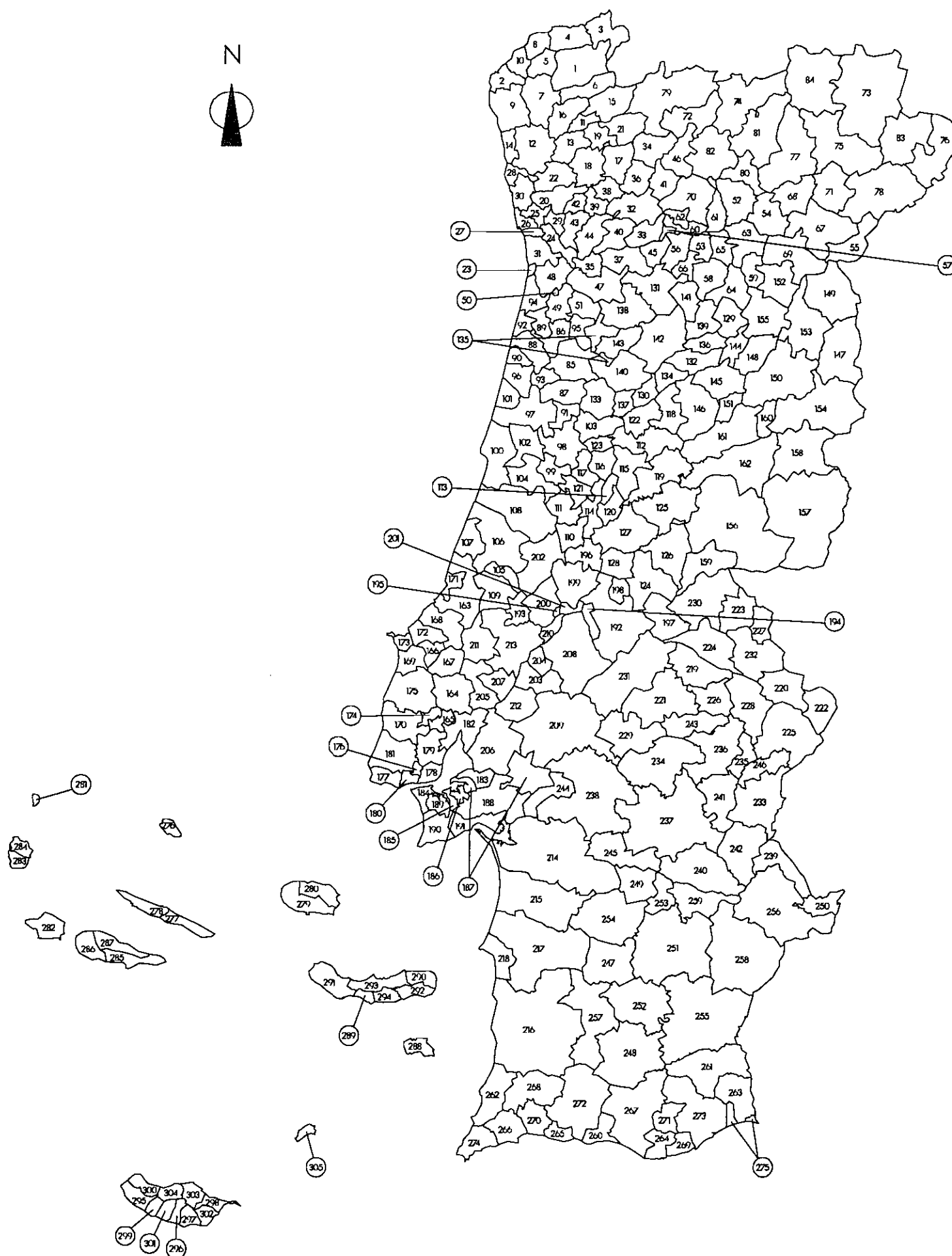
- 260 Albufeira
- 261 Alcoutim
- 262 Aljezur
- 263 Castro Marim
- 264 Faro
- 265 Lagoa
- 266 Lagos
- 267 Loulé
- 268 Monchique
- 269 Olhão
- 270 Portimão
- 271 S. Brás de Alportel
- 272 Silves
- 273 Tavira
- 274 Vila do Bispo
- 275 Vila Real de Santo António

R. AUT. DOS AÇORES

- 276 Sta Cruz da Graciosa
- 277 Calheta
- 278 Velas
- 279 Angra do Heroísmo
- 280 Vila Praia da Vitória
- 281 Corvo
- 282 Horta
- 283 Lajes das Flores
- 284 Sta Cruz das Flores
- 285 Lajes do Pico
- 286 Madalena
- 287 São Roque do Pico
- 288 Vila do Porto
- 289 Lagoa
- 290 Nordeste
- 291 Ponta Delgada
- 292 Povoação
- 293 Ribeira Grande
- 294 Vila Franca do Campo

R. AUT. DA MADEIRA

- 295 Calheta
- 296 Câmara de Lobos
- 297 Funchal
- 298 Machico
- 299 Ponta do Sol
- 300 Porto Moniz
- 301 Ribeira Brava
- 302 Santa Cruz
- 303 Santana
- 304 São Vicente
- 305 Porto Santo



ALGUMAS PUBLICAÇÕES DO INE

ÁREA / PUBLICAÇÃO	Ass. Anual Preço+ Portes	Avulso Preço+ Portes
ESTATÍSTICAS REGIONAIS - REGIÃO CENTRO		
Índice de Preços no Consumidor - Reg. Centro 1995 (Mensal)	4990\$+1200\$	520\$+100\$
Anuário Estatístico da Região Centro 1994	-----	4320\$+270\$
Cadernos Regionais Nº3 - 1995	-----	900\$+270\$
Inventário Municipal (Volume 1/1994) - Região Centro - Publicação ou Disquete	-----	6000\$+500\$
ESTATÍSTICAS GERAIS		
Anuário Estatístico de Portugal 1994	-----	9560\$+500\$
Boletim Mensal de Estatística 1995	20350\$+1200\$	2120\$+100\$
POPULAÇÃO, AMBIENTE E CONDIÇÕES SOCIAIS		
Estatísticas do Emprego (Trimestral)	3200\$+400\$	1000\$+100\$
Estatísticas Demográficas 1994	-----	7500\$+500\$
Estatísticas da Saúde 1994	-----	8000\$+500\$
Inquérito Anual às Instituições de Solidariedade Social 1993	-----	2500\$+270\$
Indicadores de Conforto das Famílias Portuguesas 1994	-----	1000\$+270
INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ENERGIA		
Índice de Produção Industrial (Mensal)	2690\$+1200\$	280\$+100\$
Estatísticas da Produção Industrial 1992 - Síntese dos principais resultados	-----	1700\$+270\$
COMÉRCIO EXTERNO		
Comércio Internacional 1995 (Mensal)	10465\$+1200\$	1090\$+100\$
Estatísticas do Comércio Internacional 1993	-----	8800\$+500\$
AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Estatísticas Agrícolas - 1994	-----	3120\$+270\$
Estatísticas da Pesca - 1994	-----	2250\$+270\$
Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 1993	-----	3750\$+270\$
ECONOMIA E FINANÇAS		
Estatísticas das Empresas - Construção e Obras Públicas 1992	-----	1100\$+270\$
Contas Nacionais Trimestrais- 1986 a 4º trimestre de 1994	-----	490\$+100\$
Índice de Preços no Consumidor - Nacional (Mensal) 1995	12290\$+1200\$	1280\$+100\$
Índice de Preços na Produção Industrial (Mensal) 1995	2690\$+1200\$	280\$+100\$
Inquérito Mensal de Conj. à Construção e Obras Públicas - 1995 (Mensal)	4030\$+1200\$	420\$+100\$
Inquérito Mensal de Conj. à Indústria Transformadora - 1995 (Mensal)	9220\$+1200\$	960\$+100\$
Estatísticas das Empresas - Comércio 1992	-----	2600\$+270\$
Estatísticas das Empresas - Transp., Armazenamento e Comunica. - 1992	-----	2600\$+270\$
Estatísticas das Empresas - Indústria - 1992 (1º Resultados)	-----	1000\$+270\$
Estatísticas Monetárias e Financeiras - 1992	-----	5500\$+270\$
Estatísticas das Empresas - Educação 1990/1993	-----	2500\$+270\$
Estatísticas das Empresas (Oper. sobre Imóveis e Serv. Pres. às Empre.) - 1992	-----	2600\$+270\$
Gastos dos Estrangeiros não Residentes em Portugal - 1994	-----	1130\$+270\$
Inquérito Mensal de Conj. ao Comércio - 1995 (Mensal)	9890\$+1200\$	1030\$+100\$
Índice de Volume de Vendas do Comércio a Retalho 1995	1440\$+1200\$	150\$+100\$
SERVIÇOS		
Estabelecimentos Comerciais - 1993	-----	1000\$+270\$
Estatísticas do Turismo - 1993	-----	6500\$+500\$
NOMENCLATURA E CONCEITOS ESTATÍSTICOS		
Dicionário de Conceitos de Agricultura e Pescas - 1995	-----	950\$+270\$
Classificação das Actividades Económicas (CAE) - Rev. 2	-----	5000\$+500\$
REFTER - Nomenclaturas Territoriais - 1994	-----	4000\$+500\$
ESTUDOS, METODOLOGIAS E COOPERAÇÃO		
O Sistema Estatístico Nacional	-----	3900\$+270\$
História da Estatística em Portugal	-----	9500\$+500\$
Catálogo das Publicações	Grátis	Grátis

Moradas para pedidos de informação:

Direcção Regional do Centro
Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas
3000 COIMBRA
TEL.: (039) 40 30 06 / 45 / 58
FAX: (039) 40 30 18

Departamento de Marketing e Difusão
Av. António José de Almeida, nº 2
1007 LISBOA CODEX
TEL.: (01) 847 00 50
FAX: (01) 84 78 578

Direcção Regional do Norte
Praça Dr Francisco de Sá Carneiro,
nº 219 - 2º - 4200 PORTO
TEL.: (02) 52 16 29
FAX: (02) 52 21 12

Direcção Regional do Alentejo
Rua Miguel Bombarda, nº 36
7000 Évora
TEL.: (066) 25 544
FAX: (066) 29 326

Serviço Regional de Est. dos Açores
Caminho do Meio, 56 - S. Carlos
9700 ANGRA DO HEROÍSMO
TEL.: (095) 31 147
FAX: (095) 32 848

Direcção Regional de Est. da Madeira
Calçada de Santa Clara, 38
9000 FUNCHAL
TEL.: (091) 74 25 82
FAX: (091) 74 19 09

BOLETIM DE ENCOMENDA

Assinalar e preencher de acordo com o preçário em vigor.

Desejamos adquirir as seguintes publicações do INE:

Títulos

	Assinatura	Número Único	Preço

Desejamos obter gratuitamente informações sobre: _____

Nome: _____

Morada: _____

Contribuinte nº _____

Telefone: _____

Cód. Postal: _____

Localidade: _____

Cheque nº: _____

Banco: _____

Cartão Visa ou Mastercard _____

Válido até: ____/____/____

Assinatura _____

